



ATA N.º 47/XI-3º/2015-16

1 - Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Salão Gimnodesportivo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de setembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contratação de Empréstimo bancário para execução de investimento de grande relevância”

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros do Júri para Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau Divisão de Juventude”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros do Júri para Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau Divisão Social”

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros do Júri para Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau Divisão de Habitação”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros do Júri para Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau Divisão de Intervenção e Integração Social”

2 - Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, (Ent. nº 6784/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).
- A Sr.ª Maria Luísa Monteiro Ramos, com ausência nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, (Ent. nº 6785/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).
- A Sr.ª Eva Sofia Borges de Araújo Gomes, com ausência nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, (Ent. nº 6786/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).
- A Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, (Ent. nº 6812/XI-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Sr.ª Luísa Maria Gama Varela, com ausência no dia 29 de setembro de 2016, (Ent. nº 6796/XI-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira, com ausência nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, (Ent. nº 6757/XI-3º), (**Conforme Anexo VI**).

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de mês de 2016, da eleita Sr.ª Maria Luísa Monteiro Ramos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- O Candidato Senhor Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de mês de 2016, da eleita Sr.ª Eva Sofia Borges de Araújo Gomes e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente e da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX, X, XI e XII**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII**).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de setembro de 2016, da eleita Sr.^a Luísa Maria Gama Varela, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV)**.
- A Candidata Senhora Joana Rodrigues Mortágua, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, do eleito Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.^a Fátima Maria da Silva Nogueira Marras, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XV e XVI)**.
- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, em que para o efeito da alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento da Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituída na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Sr.^a Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, **(Conforme Anexo XVII)**.
- 4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 4.5** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do n.º 6335/XI-3.º ao 6807/XI-3.º do Expediente Enviado do n.º 4103/XI-3.º ao n.º 4424/XI-3.º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula N.º 16/XI-3.º/2015-16, das Atas N.ºs 44/XI-3.º/2015-16; 45/XI-3.º/2015-16 e 46/XI-3.º/2015-16 e das Minutas das Atas N.ºs 44/XI-3.º/2015-16; 45/XI-3.º/2015-16 e 46/XI-3.º/2015-16 e da Informação N.º 15/15-16 da Atividade dos Membros da Mesa.
- 4.6** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 44/XI-3.º/2015-16; 45/XI-3.º/2015-16 e 46/XI-3.º/2015-16 e das Minutas das Atas N.ºs 44/XI-3.º/2015-16; 45/XI-3.º/2015-16 e 46/XI-3.º/2015-16, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16.º, n.º 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:
 - 5.1** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).
 - 5.1.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada n.º 3393/XI-2.º e designado de n.º 7/CDS-PP/XI-2.º.
 - 5.1.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício n.º 2325/XI-2.º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício n.º 2324/XI-2.º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
 - 5.2** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.



- 5.2.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.
- 5.2.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3** - Pela Sr.ª Deputada Maria Odete Alexandre, solicitando informações sobre “As alterações climáticas”.
- 5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de janeiro de 2016, foi registado com Entrada nº 5293/XI-3º/2015 e designado de nº 1/XI-3º/Ind..
- 5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 29 de janeiro de 2016, através do ofício nº 3415/XI-3º e informada a Sr.ª Deputada Municipal requerente através do ofício nº 3416/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 190/GP, de 1 de julho de 2016.
- 5.3.4** - A resposta foi remetida à Eleita requerente através do ofício nº 4174/XI-3º, em 11 de julho de 2016.
- 5.4** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Iluminação Terminal de Cacilhas”.
- 5.4.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 24 de maio de 2016, foi registado com a Entrada nº 6120/XI-3º e designado de nº 17/CDS-PP/XI-3º.
- 5.4.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de maio de 2016, através do ofício nº 3969/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3968/XI-3.
- 5.5** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Manutenção do espaço Público”.
- 5.5.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 13 de julho de 2016, foi registado com a Entrada nº 6484/XI-3º e designado de nº 19/CDS-PP/XI-3º.
- 5.5.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de julho de 2016, através do ofício nº 4211/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4210/XI-3º.
- 5.6** - Pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, solicitando informações sobre “Consultas Públicas e programas de Requalificação à Rede Viária e Via Pública nas freguesias de Almada”.
- 5.6.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 11 de agosto de 2016, foi registado com a Entrada nº 6615/XI-3º e designado de nº 02/PSD/XI-3º.
- 5.6.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 31 de agosto de 2016, através do ofício nº 4306/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4305/XI-3º.



5.7 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Requalificação e segurança de pessoas e bens no Ginjal e Olho-de-Boi”.

5.7.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 6 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6664/XI-3º e designado de nº 20/CDS-PP/XI-3º.

5.7.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 13 de setembro de 2016, através do ofício nº 4347/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4346/XI-3º.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra a Munícipe Exm.ª Senhora Idália Carmo Batista Polido, em representação dos trabalhadores do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, residente em Almada.

6.1.1 - A Exm.ª Senhora Idália Carmo Batista Polido:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O grupo de trabalhadores do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, que se faz representar hoje nesta sessão da Assembleia Municipal, vem informar que a falta de estacionamento autorizado no Bairro de Nossa Senhora da Piedade está a ser altamente prejudicial para o nosso dia a dia enquanto colaboradores daquela instituição.

O mais recente episódio aconteceu esta semana (ontem e hoje, dias 28 e 29 de setembro), quando funcionários da ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada começaram a circundar os espaços exteriores ao equipamento de infância onde alguns dos que aqui estamos hoje, trabalham.

Isto fez com que tivéssemos que abandonar os nossos postos de trabalho para estacionar os carros a alguns quilómetros de distância, tendo como consequência o facto de os pais das crianças, ao chegarem, não terem colaboradores presentes para tomar contas dos seus filhos, prejudicando ainda as rotinas diárias das crianças que nos são confiadas.

Soubemos, entretanto, que esta forma de atuação da ECALMA aconteceu após a publicação de alguns comentários na rede social Facebook que colocam em causa o bom nome, o trabalho e a obra social de uma instituição que existe há mais de 40 anos no Concelho de Almada, e que sempre serviu a comunidade em flagelos que mais ninguém conseguiu colmatar.

Alguns de nós somos trabalhadores do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro há mais de trinta anos e queremos deixar aqui publicamente o nosso repúdio pela perseguição de que temos sido alvo nas redes sociais ao serem veiculadas informações falsas.

Dizemos: «o nosso repúdio», porque «a instituição onde trabalhamos, somos nós». Numa altura em que o desemprego assola o nosso país, a instituição onde trabalhamos é o maior empregador do Concelho de Almada, com trezentos funcionários, e é uma obra que abraçamos todos os dias, com amor, entrega e dedicação.



Não queremos servir outros interesses, senão aqueles que nos movem no nosso dia a dia: o de assistir, com profissionalismo e verdade aos utentes que confiam na instituição onde trabalhamos.

Desta forma, gostaríamos de perguntar: para quando a existência de estacionamento autorizado em número suficiente que sirva o Bairro de Nossa Senhora da Piedade?

Obrigada.”

6.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Ruben Ferreira, residente na Charneca de Caparica.

6.2.1 - O Exm.^o Senhor Ruben Ferreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Resido na Aroeira, concretamente na avenida Pedro Álvares Cabral. Eu gostava de começar esta intervenção fazendo uma pequena lista de todas as intervenções que o Município de Almada fez na nossa localidade.

Primeira, rua da Aroeira, não temos quaisquer intervenções na Aroeira. Três anos de Mandato, uma única intervenção na rede viária da Aroeira. Uma única em três anos de Mandato. Comparativamente e é sempre bom termos dados para comparar, no mesmo período de tempo, os nossos vizinhos da Marisol que confinam connosco tiveram 14 intervenções, única e exclusivamente num período de um ano e 3 meses, novembro 2014, fevereiro 2016, todos estes dados que acabei de referir foram retirados do site da Junta de Freguesia e poderão confirmar os mesmos, visto que a Junta de Freguesia tem sempre o cuidado de detalhadamente colocar a intervenção que tem na sua Freguesia.

Como imaginarão, nós moradores da Aroeira e concretamente da avenida Pedro Álvares Cabral, nós não somos contra quaisquer intervenções como acabei de mencionar, mas enquanto munícipes, cidadãos, mas acima de tudo enquanto contribuintes, questionamos a autarquia porque é que executam estas repavimentações em zonas devidamente consolidadas, com todas as condições viárias em detrimento de outras zonas da Freguesia altamente deficitárias como é a Aroeira, em particular a avenida Pedro Álvares Cabral.

Focando agora a avenida Pedro Álvares Cabral, gostava de fazer uma nota prévia, esta avenida tem uma extensão de 2 quilómetros e 200 metros, e tem 27 artérias entre ruas, travessas e pracetas cujo acesso à mesma só pode ser feito única e exclusivamente pela Pedro Álvares Cabral. Uma das muitas reclamações que eu e todos os moradores que vieram comigo da Pedro Álvares Cabral, fizemos, gostava aqui de recordar uma de 30 de outubro de 2014 com resposta da Câmara Municipal em 20 de novembro de 2014, assinada à data pela Sr.^a Chefe de Divisão, Sr.^a Anabela Fernandes e passo a citar: “Relativamente à avenida Pedro Álvares Cabral, referida na presente exposição, informa-se que a sua execução está prevista no âmbito da estratégia de infraestruturas da Aroeira, sendo esta via uma via estruturante mas ainda não se encontra programada a data da sua execução.”



Questiono, não é exatamente no mesmo ponto que estamos à data, mais de 2 anos depois? Apesar de já publicamente assumido pelo Sr. Presidente na última Assembleia em como as obras das vias da Aroeira serão executadas neste Mandato, alguém ainda consegue efetivamente acreditar que nos próximos 12 meses de Mandato o Município de Almada conseguirá concluir alguma destas vias estruturantes da Aroeira? Uma única que seja?

Neste sentido Sr. Presidente, Srs. Vereadores, sabem pelo menos ou preveem quando iniciarão as obras de reconversão da referida avenida Pedro Álvares Cabral, ou mesmo qualquer outra via estruturante da Aroeira? Simultaneamente estará já o Executivo Municipal na posse de um Relatório Técnico com o levantamento de todos os constrangimentos existentes na avenida Pedro Álvares Cabral? Se sim, já há projeto de execução onde constem por exemplo as respetivas soluções aos constrangimentos, plano de intervenção e respetivo cronograma de intervenção? É que nós, caro Executivo Municipal, não toleramos mais ouvir da vossa parte sempre as mesmas coisas tais como, temos de ver as quotas, temos de ver as drenagens, temos de ver o cadastro das infraestruturas, ou temos também de ver o alinhamento dos muros. Perguntamos nós diretamente, temos de ver? Mas já não passamos essa fase? Ainda vamos ter de ver?

Uma pergunta final sobre este tema que é, qual é na verdade e de uma forma séria o trabalho prévio que a Câmara Municipal já realizou para a avenida Pedro Álvares Cabral?

Próximo e último tema, o lixo na Aroeira. Duas notas prévias. As lixeiras formadas diariamente junto a qualquer caixote da Aroeira, com principal incidência na zona nascente, como é o caso da avenida Pedro Álvares Cabral e outras, já há muito tempo que atingiu contornos... com proporções completamente intoleráveis.

Segunda nota, a grande maioria destes responsáveis não são os moradores, serão seguramente 80 a 90% de pessoas que vêm de fora da Aroeira, da Freguesia e seguramente do Concelho. E destes, a maioria são empresas de jardinagem que funcionam como sabemos bem perto da nossa Aroeira.

Conclusão final, relativamente ao tema do lixo. Só há uma única maneira de resolver o problema do lixo na Aroeira, a recolha porta a porta e a recolha individualizada. Não há mais nenhuma alternativa. E recuperando exatamente o que o Sr. Presidente da Câmara referiu na última Assembleia Municipal e passo a citar, “não queremos entrar a multar as pessoas que põem assim o lixo”, mas nós moradores, Sr. Presidente muito lamentamos que os Srs. não procedam dessa forma, mas mesmo que quisessem proceder, podemos adiantar que nunca conseguiria resolver. Teríamos que colocar um fiscal ou um qualquer trabalhador municipal em cada contentor, o que obviamente não é exequível nem nenhum de nós defenderá. Reforçando, só há uma alternativa, recolha individualizada, aliás como já acontece com vizinhos que confinam com a nossa localidade com a nossa Freguesia, como é o caso das Quintinhas ou também da nossa Freguesia como são alguns locais da Sobreda ou também



outras localidades que confinam com a nossa Aroeira, do nosso vizinho Concelho de Seixal, como é o caso da Verdizela. A nossa rua inicia e faz fronteira com o respetivo Município, com os respetivos constrangimentos que também terão, mas há uma coisa que nós temos em comum, a expressão geográfico daquelas casas e daquelas residências, mas convenhamos melhora significativamente, poderá não resolver na totalidade mas melhora significativamente.

A única coisa que vos pedimos relativamente a este assunto é que por favor não nos continuem a responder que temos que ver, nós estamos a estudar essa possibilidade.

Finalmente e para concluir gostaríamos de agradecer a presença do Sr. Vereador Rui Jorge Martins na passada segunda-feira, em que se deslocou à avenida para conversarmos e com um grupo de moradores trocamos algumas impressões, algumas das que eu já referi, outras não e por isso queria obviamente agradecer a presença do Sr. Vereador.

Por fim o assunto ficou pendente, eu sei que não estará esquecido, mas por favor uma data da rega asfáltica, começa a ser um bocado premente. Recordar-se-á que conversámos e por indicação sua o tempo médio de aplicação na nossa rua, face à extensão poderia ser na média dos 30 dias. Início das chuvas, início do Inverno, seguramente é um constrangimento para a aplicação desta rega asfáltica, por isso pedíamos-lhe encarecidamente que continuasse com a avenida Pedro Álvares Cabral na vossa agenda.”

6.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Tiago Frazão, residente na Charneca de Caparica.

6.3.1 - O Exm.^o Senhor Tiago Frazão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Tiago Frazão, sou vizinho do interveniente anterior e estive presente na última Assembleia onde coloquei algumas questões sobre a Aroeira, nomeadamente sobre a avenida Pedro Álvares Cabral.

Não vou repetir e vou fazer uma intervenção rápida. Nessa Assembleia, a Câmara Municipal assumiu que irá fazer as obras da Aroeira neste Mandato, a Câmara Municipal diz ter o dinheiro, o Sr. Vereador Rui Jorge Martins deslocou-se á nossa avenida viu o estado em que ela está, comprometeu-se a fazer a referida rega asfáltica, comprometeu-se a dar uma data dessa rega asfáltica. Fomos também visitados pelo Sr. Arquiteto Carlos Dias, que referiu que existem alguns problemas de quotas que são idênticos a outras avenidas, a resolução é idêntica a outras, basta fazer um levantamento topográfico, um projeto e a questão será resolvida. Desta forma eu tenho só 4 perguntas muito rápidas. Primeira, há ou não dinheiro? Segunda, porque não se fez o levantamento topográfico, o projeto e o concurso, porque se isso era para ser feito neste Mandato? Terceira pergunta, quando vai ser feito o levantamento, o projeto e lançado o concurso? E a última pergunta a mais importante de todas, neste momento precisamos de uma resposta concreta, não precisamos de palavras,



precisamos só de uma data, quando vai ser feita a intervenção de urgência, que permite eliminar o pó e a lama?”

6.4 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Helena Sancho, residente na Charneca de Caparica.

6.4.1 - A Exm.^a Senhora Helena Sancho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou vizinha dos dois anteriores, o que queria dizer a todos é que a lama e o pó nos juntaram e nós agora somos um grupo muito chato, de maneira que nós queremos mesmo a nossa rega asfáltica, nós depois queremos mesmo o nosso alcatrão e agora nós queremos datas, queremos respostas. Este é um ponto.

O outro ponto não tem nada a ver com isto, tem a ver com outra zona do nosso Município, com São João da Caparica e Santo António. Eu tenho pessoalmente um erro reconhecido pela Câmara em carta dirigida à minha irmã e a mim, somos proprietários de determinada casa, em que a Câmara reconhece um erro de zonamento e promete corrigi-lo, mais tarde afirma que tem que ser em sede de revisão do PDM e nós estamos desde 99 à espera da correção. Só pode haver democracia se for uma estrada de dois sentidos, o respeito do cidadão pelos seus governantes e o respeito dos governantes pelo cidadão. Nós não conseguimos vender esta propriedade, ela está desvalorizada, e eu pergunto porque é que esperamos há 17 anos? Eu penso que é tempo de dar uma resposta e se necessário for, fora da revisão do PDM, porque tecnicamente sei que isso é possível.”

6.5 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Ricardo Salomão, em representação da Gandaia, residente na Costa da Caparica.

6.5.1 - O Exm.^o Senhor Ricardo Salomão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de saudar a Mesa da Assembleia, o Executivo, todos os eleitos e todos os presentes que é este conjunto que cumpre a democracia.

Depois gostava de vos dizer que não sou vizinho dos três oradores anteriores, venho falar de uma coisa completamente diferente.

Eu sou Presidente da Associação Gandaia e num grupo de discussão que nós temos chamado “Rês pública”, aliás inaugurado brilhantemente pelo Sr. Presidente da Câmara com uma Conferência sobre a democracia participativa, foi tão eloquente que aqui estou eu a fazer a minha participação. Nesta reunião discutimos as questões das acessibilidades e da mobilidade, que para nós é uma questão essencial e é uma questão de preparação para o futuro, um futuro que nós já podemos ver. Aquilo que eu vou dizer já disse ontem. Sr. Presidente desculpe massacra-lo outra vez com os meu 8 pontos, não é nada que, quer o Executivo da Junta, quer o Executivo Camarário, não conheçam e não acreditem, quer dizer



não venho aqui defender um ponto que esteja contra aquilo que os Executivos pensam, mas venho defender uma outra posição que é uma posição de ação.

Temos as mesmas intenções, mas pedimos para partir para a ação, é urgente caminharmos neste sentido. Os 8 pontos são, começando pelo mais difícil a extensão do metro até à Costa da Caparica, por todas as razões e mais alguma, até para viabilizar economicamente o próprio Metro Sul do Tejo.

O segundo ponto é uma aposta clara e inequívoca na bicicleta, construir uma rede ciclável em todo o Concelho e também, claro na Frente Atlântica que é uma área relativamente longa e plana. Esta rede ciclável seria também dedicada aos nossos visitantes, e sem esquecer um aspeto essencial que são os parqueamentos para bicicletas que nós não temos e que é essencial. A aposta na bicicleta faz com que as pessoas andem mais de bicicleta, a aposta nas estradas faz com que as pessoas usem mais os seus veículos privados de transporte e que somam carbono à nossa atmosfera, é o contrário do que nós precisamos.

O terceiro ponto é um ponto que não custa um euro e que acreditamos tenha um grande impacto, coordenar os horários da oferta de transportes públicos, saber que quando se apanha um barco, quando se chega está um autocarro e não ficamos uma hora à espera do próximo autocarro, é uma coisa simples até já existiu e isso tem um grande impacto.

Quarto ponto, os parques de estacionamento na Costa da Caparica. É preciso ordená-los, é preciso pensar em questões de segurança, sobretudo tendo em mente a tragédia que aconteceu no Festival Andanças, é preciso prevenir o futuro.

A quinta é uma fiscalização mais atuante a todos os níveis, neste da mobilidade em relação aos parqueamentos, por exemplo os parqueamentos em cima dos passeios por razões que eu depois vou referir, mas também há as outras todas, o lixo e por aí fora.

A sexta é a questão dos TST. Já está a caminho, é preciso não descorar, é preciso também colocar um outro problema que tem sido um problema sentido pelas pessoas que se manifestaram na nossa “Rés pública”, que é a segurança dentro dos autocarros. É evidente que não se pode pôr um Polícia em todo o lado, mas é preciso prevenir esta situação, porque estão a existir ameaças se calhar até confrontos, não sei, mas aquilo que nos foi reportado são ameaças dentro dos autocarros e principalmente àqueles mais frágeis, idosos.

Sétimo, acessos às praias que sejam realmente acessíveis para todos, mesmo para aqueles que têm acessibilidade reduzida.

E o oitavo ponto tem precisamente a ver com essas questões de acessibilidade reduzida, que é criar acessos para todos, mesmo para estas pessoas que são desafiadas na sua mobilidade e isto em todo o lado, praias, serviços públicos, comércio, etc.. Pelo menos naquela área da Costa da Caparica e da Trafaria, é muito difícil uma pessoa com cadeira de rodas mover-se. E é tudo. Muito obrigado pelo vosso tempo.”



6.6 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

6.6.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal;

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Se me permitem começo por saudar os donos da casa, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, onde nos encontramos hoje e aproveitar para mais uma vez agradecer tudo aquilo que eles fazem e desejar do fundo do coração, e penso que é um voto coletivo da Câmara Municipal, de que este ano não tenham mais trabalho com incêndios e com tudo aquilo que tanto perturba a nossa vida durante os meses do verão.

Um agradecimento aos Bombeiros do nosso Concelho e uma saudação muito especial, e um agradecimento também aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas onde nos encontramos, dizendo que naturalmente nos associamos à homenagem que lhe vai ser feita nos próximos dias às nossas três Corporações de Bombeiros e penso que através deles a todos os Bombeiros nacionais.

Em relação às questões que aqui nos colocam. Queria dizer às funcionárias do Centro Paroquial Padre Ricardo Gameiro que o Centro Paroquial Padre Ricardo Gameiro é considerado pela Câmara Municipal de Almada como uma importante instituição, com um papel de grande relevo na sua intervenção social, que merece toda a atenção quer a instituição quer, como as Senhoras dizem, e os Senhores dizem, os seus funcionários, porque a instituição são os seus funcionários, “também os seus funcionários” se me permitem a correção. Mas são fundamentalmente os seus funcionários e aquilo que lá fazem. E portanto merecem toda a nossa atenção, merecem todo o nosso respeito e tudo faremos com certeza para encontrar uma solução para o problema de estacionamento que referem hoje.

Tal como noutras ocasiões e em relação a outros problemas, é pelo diálogo que nós resolvemos, é pelo diálogo que fizemos caminho e também tem sido por esse diálogo que o trabalho de caráter social de grande dimensão tem sido feito no nosso Concelho. Tem sido de braço dado que temos caminhado e queremos que esse braço dado continue. É bom para todos e sobretudo é bom para as pessoas a quem nós dedicamos a nossa atividade e a nossa atenção.

Agradei aos Bombeiros hoje por cá estarem, também vos queremos agradecer a vós trabalhadores do Centro Paroquial Padre Ricardo Gameiro pelo bem estar social dos nossos múncipes e daqueles que procuram o vosso apoio e o vosso conforto. E dizer que em relação àquilo que mais proximamente vos preocupa, estamos convosco e procuraremos reunir e encontrar uma solução para os problemas que vos afetam, designadamente a questão agora do estacionamento.

Em relação às vias estruturantes da Aroeira, aquilo que sou obrigado a repetir nesta circunstância de certa maneira, já se sabe de há muito tempo. Houve um processo de



regularização da Aroeira, podemos dizer assim, não era só das vias da Aroeira, era de todo o processo de loteamento da Aroeira, é preciso que a gente enquadre as coisas onde elas estão. Em relação à Aroeira temos que nos localizar no início da história e o início da história é o loteamento da Aroeira e a regularização do loteamento da Aroeira. E já o disse e disse-o na outra reunião, nós reconhecemos que a forma como se procurou resolver inicialmente há muitos anos para trás, foi uma forma que não produziu os resultados desejados, antes nos levou a enganar, enganar dos quais as principais vítimas naturalmente eram e foram os moradores.

Mas foi numa tentativa de resolução, foi uma tentativa frustrada e não só frustrada, provavelmente enganosa que ocorreu. Mas dizer que numa perspetiva de solução e com a Câmara a procurar encontrar uma solução para os loteamentos da Aroeira e eu gosto muito de dizer isto, para os loteamentos da Aroeira, porque se perdermos essa perspetiva, perdemos a perspetiva para o resto. E nós caminhamos no sentido da resolução dos problemas dos loteamentos e continuamos a caminhar nesse sentido como em relação aos outros que existem no Concelho. E confrontamo-nos como se sabe com a questão das vias estruturantes, mas todas as vias da Aroeira, como de outras áreas da Charneca e de outros pontos do nosso Concelho, mas a Aroeira por razões que também se conhecem, zona mal fornecida por transportes públicos, zona na qual o veículo particular é importante e fundamental, zona distante de pontos de fornecimento e de comércio, de equipamentos, enfim onde a via é um elemento fundamental da ligação e do bem estar da população. E quando olhamos para o projeto percebemos claramente que ao contrário dos outros projetos de urbanização cujo financiamento está de certa forma garantido, aí por via dos erros antes cometidos e por via das circunstâncias atuais era necessário assegurar esse financiamento por via do orçamento da Câmara Municipal na sua esmagadora maioria. E foi essa a decisão, mas é necessário medir qual é a dimensão do investimento. E de facto tem razão, foi necessário aprofundar, é necessário saber se as infraestruturas que estão enterradas naquelas vias, estão ou não estão em boas condições, porque se vamos mexer na via, não vamos depois estar daqui a dois anos a voltar a mexer na via para substituir os tubos da água, dos esgotos e daquilo mais que lá esteja, porque aqueles que lá estão já não estão em condições e estão submetidos a ruturas. E isso naturalmente que obriga a um trabalho de estudo, a um trabalho como foi dito de projeto, a projeto de execução que é necessário fazer. Acreditamos que ele era possível fazer mais rapidamente do que aquilo que nos fomos confrontando por razões diversas, não vou aqui substituir-me àquilo que os técnicos dizem sobre esta matéria, mas é com certeza com base nos projetos e nos pareceres dos técnicos que temos que realizar. E há um compromisso, como foi dito, há o compromisso de resolvermos o problema mas de uma forma sustentada e duradoura das vias estruturantes da Aroeira e de mobilizar os fundos e os financiamentos, os fundos municipais para a



concretização desse projeto. Haverá com certeza depois acertos de contas como devem imaginar, mas essa altura é outra fase. Haverá um acerto de contas, mas estou convencido que ninguém morador na Aroeira irá regatear aquilo que seja a sua parte no custo, até porque muitos até já pagaram e já pagaram há muito tempo. Perante isto e tendo aqui um grupo que se bate pela Aroeira e pela qualidade de vida das pessoas da Aroeira, naturalmente que nós temos que fazer alguma coisa. Sabendo que não é definitivo, mas temos que fazer alguma coisa e sabemos que a rega asfáltica é aquilo que de imediatamente é possível fazer. O dia exato, amanhã haverá reunião, mas durante o mês de outubro será feita a rega asfáltica na rua Pedro Álvares Cabral, é disso que estamos a falar. Será feita a rega asfáltica, já sabemos que a rega asfáltica tem uma fragilidade porque quando abre um buraco na rega asfáltica aquilo é um problema, tem que se criar um sistema para que imediatamente sejam sinalizados os buracos e tapados os buracos que sejam produto da rega asfáltica, não é um pavimento como outro qualquer, é um pavimento que tem fragilidades. E iremos, apesar da rega asfáltica, fazer a programação como já disse da nossa intervenção para a pavimentação como deve ser e para o tratamento das vias da Aroeira. Em relação à recolha do lixo, estamos a estudar as melhores formas de responder a esse problema que está muito bem sinalizado e muito bem caracterizado até na intervenção que aqui foi feita e naturalmente também de aprender com aqueles que já estão a fazer noutros lados e onde a experiência se revelou positiva. E também convosco e queria agradecer a disponibilidade que todos manifestaram, muitos, pelo menos cerca de uns 50 que também estiveram com o Sr. Vereador no dia em que lá foi, isso é muito importante que estejam, que nessas oportunidades as pessoas vão, que falem. Sabemos que às vezes é difícil naquelas circunstâncias fazer-se o projeto, não é a melhor forma, mas pelo menos é a forma de manifestarmos o nosso sentir e sabemos quais são os problemas que existem que não são só aqueles que são mais evidentes, existem outros, mas é sempre bom conhecer o conjunto dos problemas para os poder tratar.

Também a questão em relação à recolha dos resíduos seja dos jardins, seja em relação aos problemas do entulho, seja em relação aos problemas dos resíduos sólidos urbanos, seja em relação aos problemas de varredura e outros. Isso está a ser tratado e com certeza também será objeto de uma visita e de uma conversa convosco sobre uma proposta de solução que entretanto também já teremos, tendo em conta aquilo que os Srs. nos trouxeram.

No mês de outubro haverá rega asfáltica na Aroeira.

Já agora é bom que se crie uma Comissão de Moradores na Aroeira se não existir, ou pelo menos nas vias estruturantes da Aroeira. Nós gostamos muito que haja estruturas com que falarmos e que sejam estruturas responsáveis. Já vi que os Srs. e as Sr.^{as} têm todas as condições para criarem uma Comissão com essas características e isso ajudar-nos-á muito com certeza, em conjunto ir encontrando soluções.



Sobre a questão de São João de Caparica eu sugeria que se agendasse com a Sr.^ª Vereadora Amélia Pardal, se fizesse um agendamento de um atendimento e que se visse exatamente o que se passa. Se houver mais alguma coisa que tenha que ser tratado com vias e com acessibilidades, também nessa altura ela poderá ser tratada.

Sr. Ricardo Salomão, a Gandaia faz um trabalho notável com as suas sessões públicas de debate, queria desde já sublinhar isso, e na reunião preparatória do Congresso que foi realizada na Costa antes de ontem, também a questão das acessibilidades estiveram em cima da mesa colocadas por vários munícipes. Agora de facto temos o Metro à Costa da Caparica, isso está no projeto inicial do metro, mas se estamos à espera que vá ser nos próximos meses, ou se calhar nos dois ou três anos mais próximos, já estou a ser super otimista. O metro até à Costa, enfim, podemos esperar sentados, não acredito que mesmo que hoje fosse decidido levar o metro até à Costa será que nos próximos dois ou três anos era possível levar o metro até à Costa? Temos que resolver o problema através dos outros meios e um deles já foi referido é o transporte público rodoviário. Temos que melhorar a qualidade do transporte público rodoviário. Temos que melhorar e assegurar que o transporte fluvial seja feito em melhores condições do que aquilo que está a ser feito. As vias cicláveis são uma boa alternativa, estamos de acordo naquela circunstância, é um plano.

A reabilitação da via que já existe a partir da Trafaria, reabilitação, é necessário reabilitar. E também a via que se prevê que possa vir a ser construída com intervenção na Estrada Florestal pode de facto permitir que a mobilidade por bicicleta possa melhorar substancialmente. Mas ainda há o Transpraia, o Transpraia e a qualificação do Transpraia e a possibilidade do Transpraia se tornar mais acessível também é importante.

O outro aspeto que referiu, a questão do estacionamento terá que ser visto também no seu conjunto. Temos que ir mais longe no ordenamento do estacionamento e procurar que as condições de acesso entre os locais de estacionamento e a praia, também eles melhorem. Todos compreendem que na Frente Urbana será muito difícil a muito curto prazo, já hoje é difícil que se metam mais carros sobretudo na época alta. Os moradores, aqueles que vivem todos os dias na Costa protestam por causa dessa situação.

Finalmente a questão das acessibilidades para pessoas que têm problemas de mobilidade. Essa questão já aqui foi trazida por um dos Srs. Deputados, por uma das bancadas que aqui está, e até de mais de uma, mas essa é uma realidade também que devemos procurar atender, não só no que diz respeito no acesso à praia, na proximidade, com soluções que hoje já existem para que entre a areia e a água ou entre a última rua, a areia e a água essa acessibilidade seja garantida, mas também para os percursos que as pessoas possam fazer dentro da malha urbana da Costa da Caparica, mas dizemos também na malha urbana do Concelho. É uma área onde nitidamente há muita coisa para fazer, podemos dizer no País, mas no País cada um fala por si, nós temos consciência que em Almada há muita



coisa para fazer em relação às questões da acessibilidade e da acessibilidade de pessoas com problemas de mobilidade. A nossa concordância em relação às questões que foram colocadas, o nosso acordo sobre as questões e naturalmente continuarmos a contar com a cooperação da Gandaia como com a cooperação de todos em relação aos acessos à praia, designadamente também com a Junta de Freguesia que tem também feito um trabalho e tem procurado ter uma atenção grande nessa matéria. Cabe-me agradecer a todos aqueles que aqui vieram hoje intervir e reafirmar-vos o nosso empenho em concretizarmos trabalho em conjunto em relação às questões de estacionamento e em relação à valorização do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro.

Em relação à qualificação da nossa Aroeira e com intervenção nas vias e também a melhoria das acessibilidades na Costa da Caparica onde existem de facto problemas grandes de acesso para uma massa crescente de pessoas que cada vez mais procuram as nossas praias atlânticas.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Geraldês (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Arquiteto José Luís Amaro).

7.1.1 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Arquiteto José Luís Amaro

A notícia espalhou dor e surpresa. De forma brutal e inesperada é conhecido o falecimento do prestigiado arquiteto almadense José Luís Amaro.

Faleceu no passado mês de agosto, no dia 26.

José Luís Amaro Lopes de seu nome completo, nasceu em Almada a 5 de julho de 1954. Fez os estudos básicos e secundários em Moçambique onde iniciou em 1973 e na Junta Autónoma de Estradas a sua vida profissional. Regressado a Portugal, ingressou como voluntário na Força Aérea Portuguesa e como cadete piloto aviador concluiu em 1975 o curso básico de pilotagem.

Licenciou-se em Arquitetura, na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 1982 e efetuou uma Pós-Graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, na Universidade Nova de Lisboa, em 1996.

Diplomou-se pela Sociedade Portuguesa de Acústica e pela Escola Superior de Atividades Imobiliárias.

Foi professor do ensino secundário, tendo lecionado em diversas escolas públicas e particulares.

Arquiteto de profissão, desde 1982, integrou em 1985 o Atelier de Arquitetura - Atris até 2002 e fundou nesse mesmo ano a Planinfinito - Arquitetura Unip. Lda, da qual foi sócio gerente até ao presente.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eram-lhe reconhecidas competências em vários domínios com referências em arquitetura, construção civil, gestão de projetos, planeamento de projetos, gestão de obras, planeamento estratégico, entre outras.

Foi autor de muitos projetos na área da Arquitetura, do Urbanismo e do Design, nos 35 anos de trabalho, nomeadamente Plano Diretor; Planos de Pormenor; Edifícios para o ensino básico, ensino especial, artístico, habitação, comércio, serviços, reabilitação; de onde se destacam as Escolas do Ensino Básico, Auditórios, Creches, Centros de Dia e Lares e ainda na Promoção de exposições institucionais.

É também referenciado como avaliador no mercado imobiliário e patrimonial, prestando nesta especialidade serviços à Direção-Geral de Contribuição e Impostos do Ministério das Finanças. O Arquiteto José Luís Amaro foi autor de projetos em vários Concelhos que são referência das suas competências e arte, entre eles em Almada, Abrantes, Alandroal, Benavente, Mesão Frio, Palmela, Seixal, Sesimbra.

Em Almada e de entre muitos outros reconhecidos e referidos projetos, regista-se o Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais da Associação Almadense Rumo ao Futuro na Marisol, a Creche do Externato Frei Luís de Sousa, em Almada, a Sede Social, Creche e ATL da Fundação Arcelino Vítor dos Santos, na Costa da Caparica, a reabilitação e restauro do Cineteatro da Academia Almadense, a Sede Social e Sala Multiusos do Clube Recreativo Raposense, na Caparica, a Creche do Pragal da AIPICA, a Escola do 1º Ciclo do Município, na Marisol/Charneca de Caparica, o Gimnodesportivo, Anfiteatro e Salão Polivalente do Externato Campo de Flores.

Foi sócio efetivo do Rotary Clube de Almada e sócio produtor da Associação de Artistas Plásticos do Concelho de Almada desde 1986, tendo participado em mais de 70 exposições com trabalhos de sua autoria no domínio da Arquitetura.

José Luís Amaro foi figura distinta e referência de cidadão, ativo, empenhado, generoso, e muito dedicado à sua cidade almadense e ao desenvolvimento harmonioso do seu Concelho de Almada.

José Luís Amaro era ainda referência por ser um cidadão de causas, muito sensível às questões sociais da comunidade, muito solidário para com o seu próximo.

José Luís Amaro é ainda referência pela sua ação educativa, cultural e artística a par do superior mérito e competência profissional.

Assim neste momento de luto e dor, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Plenário no dia 29 de setembro de 2016, presta sentida homenagem ao Cidadão Almadense José Luís Amaro, reconhece o seu contributo meritório para a qualificação e progresso de Almada, enaltece as suas qualidades humanas e cidadãs, manifestando profundo pesar pelo seu falecimento e apresentando à Família enlutada e em particular a sua Filha e Neto as sentidas condolências.”



7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

7.2.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Arquiteto José Luís Amaro, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

7.2.2 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória do Cidadão falecido.

7.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: João Geraldês (apresentando uma Moção/Deliberação Em defesa do ensino superior público, não à criação de fundações de direito privado); Pedro Matias (apresentando uma Moção/Deliberação Por um Concelho Republicano e Democrático - Homenagem aos revolucionários republicanos do Concelho de Almada e do Distrito de Setúbal); Carlos Revés (apresentando uma Moção/Saudação Aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada); Daniel Sobral (apresentando uma Moção/Deliberação sobre a Gratuitidade dos manuais escolares - combater o insucesso e abandono escolares); Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando uma Moção/Saudação À missão Portuguesa nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016; Moção/Saudação À participação do Movimento Associativo Almadense na Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto de 2018 e Moção/Saudação À judoca Telma Monteiro pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Olímpicos Rio 2016); Vanda Silva (apresentando uma Moção/Deliberação Novo ano letivo inicia-se em clima de tranquilidade); António Pedro Maco (apresentando uma Moção/Deliberação sobre Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva e Moção/Deliberação sobre TST Carreira 101 Cacilhas-Cristo-Rei).

7.3.1 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Em defesa do ensino superior público, não à criação de fundações de direito privado

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado e publicado em 2007, prevê a possibilidade de passagem ao estatuto de fundação de direito privado das instituições do ensino superior público.

Este processo fundacional encontra-se atualmente em desenvolvimento em várias instituições do ensino superior público, entre as quais a Universidade Nova de Lisboa, envolvendo a Faculdade de Ciências e Tecnologia com sede no Campus da Caparica, no território do nosso Concelho.

O regime fundacional criado em 2007 prevê, entre outras questões, a atribuição de poderes de gestão sobre as Universidades e Faculdades a um conjunto de membros externos à Academia, nomeados pelo Governo, entre os quais se encontram os poderes de homologar



planos estratégicos e de ação, linhas gerais de orientação científica, pedagógica, financeira e patrimonial, e planos anuais de atividades, propostas de orçamento e contas anuais.

Com a aplicação deste regime legal, não será demasiado afirmar que paira sobre o ensino superior público um sério risco de privatização. Porque quando se fala em “membros externos” à academia, os indicadores dos processos fundacionais que já estão no terreno, apontam inequivocamente no sentido da entrega a representantes de interesses privados, de grandes empresas ou da banca privada, dos poderes de homologação dos instrumentos essenciais de gestão das Universidades atrás referidos.

São diversos os exemplos do que acabamos de afirmar: Alexandre Soares dos Santos, homem forte do grupo Jerónimo Martins, que recentemente deslocalizou a sede do grupo para um paraíso fiscal na Holanda, indicado para o Conselho de Curadores da Universidade de Aveiro, ou António Saraiva, presidente da Confederação Empresarial de Portugal, e representante direto dos interesses das grandes empresas portuguesas, indicado para o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa-Instituto Universitário de Lisboa.

Outros nomes igualmente insuspeitos de fortes ligações aos interesses privados são igualmente referenciados neste processo: Ricardo Salgado, Zeinal Bava, Henrique Granadeiro, António Mexia e Miguel Cadilhe encontram-se entre eles. Torna-se assim demasiado evidente quais os interesses que podem vir a dominar no futuro o Ensino Superior Público, caso o processo fundacional se desenvolva e aprofunde.

Para além desta realidade, o processo fundacional introduzido pelo Governo em 2007 poderá colocar em sério risco um amplo conjunto de outras matérias que convém registar.

A redução da democraticidade e representatividade dos órgãos de gestão das Universidades e das Faculdades, pela intromissão naqueles órgãos e no processo de decisão, de representantes de interesses estranhos à vida da própria Academia.

A criação de vínculos laborais distintos entre os trabalhadores da mesma instituição, dado que as novas contratações no regime fundacional serão feitas no âmbito do direito privado, abrindo claramente a porta ao aprofundamento de diferenças salariais para as mesmas funções exercidas, prática de horários de trabalho diferenciados e perda de outros direitos que os trabalhadores com vínculos públicos hoje detêm.

Acresce ainda o risco dos atuais trabalhadores no regime de contrato de trabalho em funções públicas poderem vir a ser pressionados a transitar para o novo regime privado, e com isso perderem direitos conquistados ao longo de muitos anos.

Aumenta igualmente o risco de não consolidação dos vínculos laborais e a possibilidade de manutenção ou mesmo reforço das situações de trabalho precárias, como as avenças, bolsas ou recibos verdes.

A passagem a um regime fundacional representará, por outro lado, a desresponsabilização do Estado pelo Ensino Superior, e abre claramente o caminho ao aumento das propinas, já



demasiado elevadas, consequência da mais que previsível privatização das Universidades que este regime vem colocar na ordem do dia.

No caso de Almada, e concretamente na Faculdade de Ciências e Tecnologia, é conhecido o desenvolvimento de um movimento contra a transformação da Universidade Nova de Lisboa de que aquela instituição universitária faz parte em fundação, tendo o próprio Conselho Geral da Faculdade deliberado expressar a sua oposição ao projeto em desenvolvimento.

De igual modo, um abaixo-assinado sobre a mesma matéria ainda em curso, recolheu já o apoio de mais de 60% dos membros do Corpo Docente e dos Trabalhadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia, através do qual expressam também a sua oposição ao processo fundacional na Instituição.

Considerando importante o aprofundamento da ligação da Universidade ao mundo empresarial, esta poderá e deverá ser concretizada através de instrumentos distintos da fundação e da eventual privatização das Universidades e Faculdades.

Neste quadro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária na Freguesia de Cacilhas nos dias 29 e 30 de Setembro de 2016, delibera:

1. Manifestar a sua mais profunda preocupação pelo desenvolvimento do processo fundacional em curso em diversas Universidades Portuguesas, entre as quais a Universidade Nova de Lisboa, envolvendo a Faculdade de Ciências e Tecnologia com sede no território do Concelho de Almada.
2. Expressar a sua veemente rejeição pelo processo de abertura à privatização do ensino superior público que o processo fundacional inequivocamente encerra, com a perda de controlo por parte do Estado da gestão e direção da vida Universitária com todas as consequências negativas para a qualidade do ensino que daí naturalmente advirão.
3. Expressar o seu apoio à decisão do Conselho Geral da Faculdade de Ciências e Tecnologia de não apoio ao processo em curso na Universidade Nova de Lisboa, bem como regozijar-se pela posição assumida por uma ampla maioria do Corpo Docente e dos Trabalhadores da Faculdade no mesmo sentido.
4. Expressar o seu compromisso absoluto com o preceito constitucional que consagra a Educação como um direito universal, competindo ao Estado o papel essencial de assegurar o carácter democrático do ensino a todos os níveis, incluindo o ensino superior, considerando que o processo fundacional em curso neste nível de ensino constitui a negação mais evidente daquele princípio constitucional.”

7.3.2 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por um Concelho Republicano e Democrático - Homenagem aos revolucionários republicanos do Concelho de Almada e do Distrito de Setúbal

Coincidindo com a passagem do centésimo sexto Aniversário da Revolução Republicana



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portuguesa, cabe-nos como democratas e eleitos locais da *Res Publica*, não deixar passar essa efeméride sem lhe dedicarmos alguns momentos de reflexão e homenagem.

Em primeiro lugar, recordamos o célebre Congresso do Partido Republicano Português, realizado nos dias 24 e 25 de Abril de 1909 que viria a ser decisivo na orientação que deu ao movimento revolucionário que depusesse a monarquia. Foi nesse Congresso de Setúbal, e sob os auspícios do P.R.P., que foi eleito o Diretório do partido que subiu à varanda da Camara Municipal de Lisboa para fazer a solene proclamação da implantação da República em Portugal.

Em segundo lugar, recordamos a importância de serem já dirigidos por republicanos, desde Novembro de 1908, alguns municípios deste distrito, arautos do ideal republicano e que viriam a ter um papel preponderante nas ações de 4 para 5 de Outubro de 1910, antecipando a proclamação da República, correndo todos os riscos e dando ânimo, força e vigor aos soldados que Machado Santos comandava na Rotunda.

Em terceiro lugar, recordamos, nas pessoas dos Ilustres Almadenses José Elias Garcia, Galileu Correia, Jayme Ferreira, Bartolomeu Constantino, e Polónio Febrero Júnior (Topónimos do nosso Concelho) a coragem e convicção republicana de milhares de cidadãos do nosso Concelho que participaram nessas ações que na véspera de 5 de Outubro proclamaram a República, desfraldando as bandeiras dos centros republicanos «Elias Garcia» e «Capitão Leitão» na Câmara e na Administração do Concelho, respetivamente, e uma bandeira republicana no alto do Forte de Almada. Igualmente evocamos os homens e mulheres de Almada que na noite cerrada do Salazarismo não abdicaram de defender e lutar pelo ideário republicano da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, pela Justiça, pelo Progresso e pela Democracia.

Num tempo em que nos confrontamos com tantas dificuldades sociais e económicas, para onde foi conduzido por uma grave crise financeira internacional e nacional que põe à prova a robustez das colunas que suportam a nossa pátria e do nosso regime democrático, reafirmamos a atualidade dos valores republicanos como os mais genuínos da nação portuguesa.

Voltámos a ter a data do 5 de Outubro como feriado obrigatório, através de uma resolução do atual governo do Partido Socialista, repor esta data como feriado era um imperativo histórico, derivado dos valores que a República transporta.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2016 delibera:

Saudar a efeméride e os valores que a República transportou durante os últimos 106 anos.

VIVA A REPUBLICA”

7.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Moção/Saudação Aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada

No final de mais uma época de fogos florestais importa saudar e reconhecer o papel que os bombeiros assumem, verdadeiros soldados da paz, no combate a este flagelo sazonal.

As políticas de ordenamento do território, ou a falta delas, a monocultura, nomeadamente do eucalipto em extensas áreas do território nacional, a falta de limpeza das florestas, também resultante da não existência de políticas de desenvolvimento da agricultura - com a consequente desertificação do interior do país - o ataque à forma de exploração secular dos baldios, o desvio dos fundos do programa de desenvolvimento rural para outros fins, são todas razões que explicam os mais de um milhão de hectares ardidos no território nacional na última década, confirmados este ano pelos mais de 100.000 hectares ardidos.

As políticas nacionais apostam na reação e não na prevenção.

Os bombeiros, qual Santa Bárbara quando troveja, são lembrados somente na aflição, evidenciando-se nesse momento a sua escassez de meios, a falta de efetivos e de formação, resultado do desinvestimento de anos por parte do poder central e da falta de incentivos para o exercício da nobre missão de voluntariado levada a cabo pelos bombeiros de Portugal, de Norte a Sul do país e também nas ilhas - como nos ficou tristemente na memória recente com os incêndios na ilha da Madeira.

No nosso concelho, esta época de fogos saldou-se por uma reduzida área ardida, em flagrante contraste com o resto do país. Dos 3 hectares vitimados por incêndios só 2 corresponderam a área florestal e, mesmo assim, só alguns poucos metros de árvores e arbustos, sendo o resto, no fundamental, matos.

A razão para estes números, tão distantes dos totais nacionais, prende-se com a articulação de todos os meios e a tomada das medidas preventivas previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente o pré-posicionamento de meios no terreno em toda a fase Charlie (de 1 de Julho a 30 de Setembro) e o patrulhamento das matas pelos diversos agentes e voluntários da Proteção Civil, assim como a condição de elevada prontidão, capacidade e formação das três corporações de Bombeiros no nosso concelho.

A condição para o exercício das missões dos bombeiros tem sido uma constante preocupação ao longo dos anos por parte do município, assumindo a Câmara Municipal não só o pagamento dos seguros do pessoal e viaturas, como dos corpos permanentes, e também atribuindo uma verba anual de 300.000€ para a frota e equipamentos.

Esta condição que os bombeiros aqui têm permite que, para além da sua missão em Almada, apoiem o dispositivo nacional de combate a incêndios, tendo participado de norte a sul do país e também na Madeira 746 operacionais e 163 viaturas, oriundos das três corporações - Almada, Cacilhas e Trafaria - com 136 saídas para combate a fogos e pré posicionamento de meios. A este propósito importa uma referência particular ao chefe Mário, dos Bombeiros



Voluntários de Almada, que sofreu um acidente de alguma gravidade na Madeira onde foi operado, estando já em franca recuperação.

É ainda de referenciar a extraordinária e solidária resposta da população que se disponibilizou nos momentos difíceis por que o país passou este ano para apoiar os bombeiros das mais variadas formas mas, desde logo, com a oferta de géneros alimentícios e água. Também em Almada a nossa população se empenhou e foram incontáveis as ajudas que chegaram aos quartéis das três corporações.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 29 de setembro de 2016, delibera:

1. Saudar as três associações de Bombeiros voluntários do concelho, bem como os homens e as mulheres que pela sua resposta sempre pronta, evitaram situações de maior risco, contribuindo com a sua ação para preservar a nossa floresta, os nossos recursos naturais e dando segurança à nossa população;
2. Saudar os Bombeiros de Portugal pela sua extraordinária ação que se repete de forma abnegada ano após ano, levando se necessário for a consigna “Vida por Vida” às últimas consequências. Aos soldados da Paz continuamos a dizer que a nossa gratidão nunca será suficiente.”

7.3.4 - O Sr. Deputado Municipal Daniel Sobral (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a Gratuitidade dos manuais escolares - combater o insucesso e abandono escolares

Apesar da Constituição da República Portuguesa consagrar a gratuitidade do ensino obrigatório, Portugal é hoje um dos países da União Europeia onde as famílias mais custos têm com a Educação.

Nos últimos dez anos, fruto das políticas de direita, em Portugal seis mil escolas do 1º ciclo foram encerradas; mais de meio milhão de crianças viram cortados os abonos de família; o desemprego disparou; a precariedade e os baixos salários dos trabalhadores reduziu o orçamento disponível das famílias e aumentou os níveis de pobreza.

A grande maioria das famílias portuguesas, com filhos em idade escolar, continuam a viver no início de cada ano letivo um autêntico pesadelo, para adquirirem os manuais escolares e outro material didático, situação agravada quando são confrontadas com uma situação económica e social marcada pelo desemprego, baixos salários e pobreza.

Segundo dados do INE, um agregado familiar com uma ou mais crianças dependentes, tem custos médios com a educação no valor de 1090 euros.

A gratuitidade dos manuais escolares, para mais de 80.000 crianças do 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, é uma medida que representa uma poupança de 3 milhões de euros para as



famílias, para além de significar um importante passo no combate ao abandono precoce e ao insucesso escolar.

Considerando que, é um pequeno investimento realizado pelo Estado garantindo o acesso gratuito aos manuais escolares, mas um significativo investimento no combate ao abandono precoce e ao insucesso escolar.

Considerando que, este avanço foi conseguido ao abrigo da posição conjunta assinada pelo PCP e PS que permitiu uma nova solução política para o País e que nela foi incluída, por proposta do PCP, a “progressiva gratuitidade dos manuais escolares para todo o ensino obrigatório”.

Considerando ainda que, no Município de Almada a autarquia, nos últimos dois anos letivos, entregou às crianças que ingressaram no 1º ano do 1º ciclo a pasta escolar com materiais e os respetivos manuais escolares e que, no ano letivo corrente, já entregou a todos os alunos do 2º ano do 1º ciclo do concelho de Almada os respetivos manuais.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 29 de setembro de 2016, delibera:

- a) Saudar a posição conjunta assinada entre o PCP e o PS, que permitiu, entre várias outras medidas positivas, a “progressiva gratuitidade dos manuais escolares para todo o ensino obrigatório“
- b) Saudar este passo no caminho do cumprimento da Constituição da República Portuguesa, no ano em que se comemoram os 40 anos da aprovação e homologação da Lei Fundamental.
- c) Saudar a iniciativa da Câmara Municipal de Almada ao oferecer os manuais escolares e a pasta escolar há 3 anos letivos consecutivos.
- d) Pugar junto do Governo que a gratuitidade dos manuais escolares abranja todo o ensino obrigatório.”

7.3.5 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.5.1 - Moção/Saudação À Missão Portuguesa nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 Decorreu nos meses de agosto e setembro os XXXI Jogos Olímpicos e a XV edição dos Jogos Paralímpicos de Verão sediados na cidade brasileira do Rio de Janeiro.

Portugal fez-se representar em diversas modalidades e os seus atletas honraram e dignificaram o desporto português ao mais alto nível.

Nesta missão olímpica e paralímpica, os atletas portugueses exaltaram os valores desportivos assentes no respeito, excelência, determinação, coragem e igualdade, sendo portadores do espírito inspirador que rege o movimento olímpico e paralímpico internacional.



Para além do empenho de todos os atletas e do desempenho dos que obtiveram diplomas de mérito, destacamos a única medalha portuguesa nos Jogos Olímpicos, o bronze conquistado pela atleta almadense Telma Monteiro, no judo (-57 kg); e as medalhas de bronze nos 400 metros, classe T12 (deficientes visuais), de Luís Gonçalves, de Manuel Mendes na maratona T46, e José Carlos Macedo, no boccia BC3, todos na competição paralímpica. Em termos coletivos, destaque para o bronze conquistado pela equipa de boccia BC1-BC2, constituída por Abílio Valente, António Marques, Cristina Gonçalves e Fernando Ferreira, que alcançou a 90.ª medalha para Portugal em Jogos Paralímpicos, ao bater a Argentina por 6-2.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, delibera:

1. Saudar o desempenho das Missões Olímpicas e Paralímpicas Portuguesas nos Jogos do Rio de Janeiro 2016 pelo modo como dignificam o País;
2. Valorizar o trabalho desenvolvido pelas Federações, Comité Olímpico e Paralímpico de Portugal, Clubes, Atletas, Famílias, Técnicos e Dirigentes neste ciclo olímpico que agora encerra.”

7.3.5.2 - Moção/Saudação À participação do Movimento Associativo Almadense na Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto de 2018

No decorrer de quatro décadas de poder local democrático, a ligação do município de Almada ao Movimento Associativo Popular tem assumido um importante papel na coesão social e do desenvolvimento do concelho que sem esta relação de trabalho conjunto impossibilitaria os níveis de progresso alcançados.

Na área desportiva, o Município e Movimento Associativo local empenharam-se no apoio a múltiplos projetos de desenvolvimento, apostando sistematicamente na formação desportiva, impulsionaram a utilização de espaços naturais e informais de modo a responder as necessidades e aspirações da população que pretendiam praticar desporto e/ou atividade física de forma regular.

Resultado desse trabalho de massificação desportiva desenvolvido pelas autarquias e pelos agentes desportivos locais, emergiram inúmeros atletas que dignificaram as cores quer da cidade de Almada quer da bandeira nacional, alcançado títulos e prestações de referência nacional e internacional, tendo sempre como referência a base fundamental do pilar associativo, do seu movimento e dos seus dirigentes voluntários.

Com naturalidade, aquando do anúncio da candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto em 2018, surgiu a adesão do Movimento Associativo Almadense perante este desafio, o qual constituiu a afirmação do trabalho coletivo desenvolvido há décadas e o seu envolvimento corporizado pelos seus dirigentes, atletas, famílias, técnicos, treinadores, professores, associados e outros agentes, solidificam a ambição de trazer para Almada a “bandeira” que hasteará no ano 2018 os valores do desporto, a transversalidade da sua ação



e o reconhecimento de um trabalho consolidado no tempo pelas linhas estratégicas de desenvolvimento desportivo assumidas pelo Município de Almada e suas coletividades, clubes e associações.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, delibera:

1. Saudar o empenho do Movimento Associativo na promoção da candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto de 2018 nas diversas ações realizadas junto das populações e entidades.
2. Valorizar o trabalho da estrutura técnica da área desportiva da Câmara Municipal de Almada, no sentido de obter com esta candidatura o reconhecimento internacional do concelho de Almada e das suas políticas desportivas que há décadas a afirmam como referência.”

7.3.5.3 - Moção/Saudação À Judoca Telma Monteiro pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Olímpicos Rio 2016

No dia 8 de Agosto, a judoca Telma Monteiro conquistou a medalha de bronze nos Jogos Olímpicos Rio 2016 na categoria de -57kg, depois de bater a romena Corina Caprioriu por yuko.

Numa competição disputada em apenas um dia, Telma venceu o primeiro combate, diante da neozelandesa Darcina Manuel, com dois yukos, que lhe valeram a passagem aos quartos-de-final. Nesta fase, a portuguesa não logrou vencer diante da mongol Sumiya Dorjsuren e viu-se dessa forma afastada - por apenas uma penalização na fase de ponto de ouro - do combate que lhe podia dar acesso à discussão do ouro.

Com a personalidade lutadora que a caracteriza, Telma entra no quadro para a disputa das medalhas de bronze, disputando um primeiro combate com a francesa Automme Pavia, o qual venceu por ippon. Na derradeira presença no tatami assume a sua ambição e não deixa fugir a primeira e única medalha portuguesa dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e a segunda do judo nacional nas Olimpíadas, depois de Nuno Delgado ter alcançado o mesmo feito nos Jogos de Sidney em 2000.

A judoca do Sport Lisboa e Benfica, com percurso na modalidade iniciado no Clube Construções Norte-Sul, sediado na freguesia de Feijó, torna-se na primeira desportista almadense a conquistar uma medalha olímpica, aquela que lhe faltava no seu vasto palmarés. Em muitas sessões da Assembleia Municipal de Almada, saudamos os seus feitos desportivos e desejámos que na XXXI Olimpíada encontrasse o caminho para um dos objetivos há muito por si perseguido, justa ambição de conquista de uma merecida medalha olímpica.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 29 e 30 de setembro de 2016, delibera:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 1 - Saudar a judoca Telma Monteiro pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Olímpicos Rio 2016, que engrandece Portugal e é orgulho dos portugueses.
- 2 - Manifestar reconhecimento e elogiar a excelente carreira desportista da judoca almadense Telma Monteiro, que muito tem prestigiado o Município onde é considerada referência desportiva e embaixadora da candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto 2018.”

7.3.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Vanda Silva (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Novo ano letivo inicia-se em clima de tranquilidade

A aposta na Educação enquanto meio privilegiado para promover a justiça social e a igualdade de oportunidades, garantindo assim o acesso de todas as crianças à escola pública, é a prioridade da política educativa deste governo, sendo claro o esforço no sentido de colmatar as lacunas criadas pela anterior equipa.

Começamos pelos concursos de professores: - Pela primeira vez, nos últimos anos, respira-se tranquilidade no arranque de mais um ano letivo, com as escolas a iniciar a sua atividade, com os professores colocados atempadamente, preparando-se para a “nobre” tarefa de ensinar.

A orientação da atual equipa ministerial na realização dos concursos do corrente ano, que se pretendiam mais lesto e eficazes, garantiu aos alunos e famílias um início de ano letivo tranquilo, o que não aconteceu, por exemplo em 2015, quando apenas estavam colocados 8.055 professores, sendo 5.211 horários anuais, 1496 temporários e 1348 BCE e contratação de escola, gerando o caos nas escolas, com as direções a enfrentar dificuldades intransponíveis na seleção do pessoal. Em 2014, ano em que o ministro Nuno Crato se viu obrigado a pedir desculpa ao país pelos atrasos nos concursos de colocação de professores, apenas estavam colocados, na mesma data, 3.256 docentes, denotando uma total incapacidade para, de uma forma transparente e eficaz, os colocar atempadamente nas escolas para se iniciar esse ano letivo.

No corrente ano, a um de Setembro, grande número de escolas via assim satisfeitas as necessidades permanentes do sistema, antes mesmo de se iniciar as aulas e, até 16 de Setembro de 2016, estavam já colocados 14.530 docentes, sendo que 11.161 preenchem horários anuais e 3262 horários temporários.

Reconhecendo o papel decisivo da Escola Pública e do bom funcionamento das organizações, para além da questão dos concursos, outras medidas adotadas em prol da educação, merecem ser realçadas, nomeadamente:

- Maior investimento na Educação e na Escola Pública;



- Esforço no combate ao insucesso através de políticas públicas para todos os níveis de ensino, com particular incidência no Pré-Escolar e 1º Ciclo, no sentido de reduzir para metade o insucesso escolar;
- Criação de mais 175 turmas de Pré-Escolar, no corrente ano, garantindo assim o acesso a este nível de ensino a crianças de 4 anos;
- Proposta de alargamento/universalização do acesso ao Pré-Escolar, de crianças dos 3 aos 5 anos, já no próximo ano letivo;
- Gratuitidade dos manuais escolares do 1º ano, do 1º Ciclo do Ensino Básico, medida essa que se pretende estender aos quatro anos deste nível de ensino, minimizando as despesas das famílias, de modo a garantir igualdade e justiça no acesso de todos à educação. (Esta medida, articulada com outras já adotadas por algumas autarquias, nomeadamente a de Almada, poderá e deverá ter continuidade, colmatando assim as assimetrias sentidas por determinados estratos da população);
- Financiamento atempado ao Ensino Artístico Especializado, de modo a garantir o seu funcionamento sem percalços;
- Investimento na Educação de Adultos e na Formação ao Longo da Vida, estando a ser relançado o “Programa Qualifica”;
- Assinatura de protocolos/contratos, com vista à modernização de cerca de 200 escolas dos 2º, 3º Ciclos e Secundárias, com verbas provenientes de fundos comunitários (cerca de 236 M€), beneficiando, aproximadamente, 9199 alunos.

Naturalmente que existem aspetos a melhorar, muito concretamente ao nível dos recursos humanos de pessoal não docente, cujo deficit referido pelas escolas, dificulta o seu bom funcionamento. Relativamente a esta matéria, estão já a ser analisadas pelos vários ministérios as referidas carências, no sentido de operacionalizar recursos e solucionar os problemas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 29 de Setembro de 2016, delibera:

Assinalar o ambiente de serenidade que caracterizou o arranque do ano letivo;

Reconhecer o investimento feito no combate às desigualdades, através dos apoios às famílias, bem como o esforço na melhoria das condições de trabalho nas escolas públicas através da adequada dotação de pessoal docente e não docente.

Reconhecer a necessidade de dar continuidade a políticas promotoras do sucesso educativo, da redução das desigualdades e de um maior investimento na Escola Pública, subscrevendo deste modo o apoio a todas as medidas que venham a ser apresentadas nesse sentido.”

7.3.7 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.7.1 - Moção/Deliberação sobre Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Uma cidade moderna, integradora e inclusiva é aquela que pensa, organiza, planeia, define e aplica políticas e medidas que dizem respeito à vivência do uso do seu espaço público e urbano, de maneira a que todos possam usufruir desse mesmo espaço de forma livre e em segurança retirando maior partido do seu meio envolvente.

Uma cidade moderna é também, aquela que respeita, valoriza e coloca em primeiro lugar os direitos de cidadania preservando ao máximo a qualidade de vida dos cidadãos.

O espaço público urbano deve ser desenhado de maneira a dirimir as dificuldades da livre movimentação de todos os cidadãos em especial aqueles que de forma permanente ou temporária, veem a sua mobilidade reduzida ou condicionada por falta de inadequadas ou insuficientes políticas que salvaguardem esses direitos.

Deve ser essa preocupação uma prioridade de quem tem responsabilidades na aplicação das normas e regras num município, levando desse modo, a que as desigualdades e as discriminações sejam minimizadas e tornem o espaço público acolhedor e acessível a todos.

Desta feita, os diversos equipamentos urbanos espalhados pela cidade devem ser pensados para corresponder às exigências dos mais necessitados diminuindo a perigosidade e a exclusão social contribuindo em simultâneo para uma plena integração.

A redução significativa de barreiras arquitetónicas e urbanísticas tal como os demais obstáculos impeditivos de uma verdadeira e livre mobilidade, tornará a vida das crianças, mulheres grávidas, idosos, invisuais e demais cidadãos incapacitados e portadores de deficiência física ou mobilidade condicionada, mais sociável e em segurança, pois muitas destas pessoas vivem quotidianamente presas a uma rotina desadequada à sua liberdade na sequência de uma ausência de políticas convergentes à sua condição tal como no deficitário cumprimento das normas e das regras que impossibilitam a normal convivência dessas pessoas em sociedade.

Semáforos com sinalização sonora, passadeiras em locais adequados, passadeiras visíveis ao condutor e ao peão, cumprimento da velocidade no meio da cidade por parte dos automobilistas, sinalização vertical e horizontal adequada e atualizada, indicações e orientações atualizadas e bem visíveis, passeios conservados e rebaixados, bons percursos pedonais, sinalização adequada de obras e similares, remoção atempada de entulho de obras, de lixo e demais resíduos urbanos (por exemplo de monos) e análogos, estacionamento ordenado e no estrito cumprimento do código da estrada, aumento de estacionamento para deficientes e pessoas com mobilidade condicionada, cumprimento na fiscalização da ocupação indevida dos lugares destinados a deficientes, escadas e escadarias na via pública em segurança e elevadores inclusivos, são algumas das prioridades que devem ser tidas em conta quando se planeia a vida citadina e urbana desafogando os obstáculos a que cidadãos estão sujeitos.



Ainda no que concerne à fiscalização, a mesma quer-se em primeiro lugar, pedagógica mas eficiente no cumprimento das normas e regras, devendo as entidades municipais dar o exemplo. Ao mesmo tempo, compete também aos vários agentes locais tais como o comércio, a indústria, a restauração entre outros, respeitar a legislação em vigor, contribuindo para o restringir de constrangimentos no espaço público urbano nomeadamente a redução dos obstáculos existentes que afastam o cidadão da sociedade.

Os acessos e permanência nos organismos públicos, escolas e demais estabelecimentos de ensino, centros de saúde, espaços de lazer tal como as vias de circulação, devem ser pensadas e adequadas para todos.

Um espaço ordenado, cuidado e inclusivo, é um espaço atrativo e acolhedor capaz de atrair novos munícipes e visitantes para a cidade.

Na mesma linha, os transportes devem ser adequados e pensados para quem tem dificuldades de mobilidade e de locomoção, nomeadamente a população mais envelhecida. Assim, criar bons acessos a paragens, apeadeiros e abrigos, tal como melhorar a sua iluminação e a existência de sinalização em escrita Braille ou sonora, deve ser aposta das várias entidades com competência para minimizar as dificuldades manifestadas quer por idosos quer por cidadãos portadores de deficiência visuais ou outras.

Ainda no que respeita à iluminação pública, a mesma deve garantir segurança e bem-estar ao cidadão convidando o mesmo a usufruir e a percorrer todo o espaço do concelho independentemente do horário ou da altura do ano, diminuindo, eliminando ou reconvertendo espaços e locais marginalizados, tornando-se essa iluminação em mais segurança para o cidadão.

Em conclusão, e tendo em conta os considerandos em cima descritos no que respeita à necessidade promover uma mobilidade e acessibilidade urbana inclusiva e mais segura, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 29 e 30 de Setembro de 2016, na localidade de Cacilhas, vem: defender para Almada um aperfeiçoamento de políticas inclusivas nomeadamente políticas que melhorem as condições de vida do cidadão portador de deficiência como também de idosos, crianças, grávidas e demais pessoas com diversas incapacidades no que respeita a mobilidade e a acessibilidades permitindo uma menor discriminação e o dirimir de obstáculos e de barreiras que impeçam ou condicionem o acesso a uma livre, igualitária e em segurança movimentação.”

7.3.7.2 - Moção/deliberação sobre TST Carreira 101 Cacilhas - Cristo Rei

Considerando que:

- 1 - Desde há muito que os utentes e utilizadores da Transportes Sul do Tejo (TST) têm vindo a manifestar o seu desagrado e preocupações perante as deficitárias condições prestadas pela mesma empresa junto dos utentes que diariamente usam os serviços da TST para se deslocarem no concelho de Almada.



- 2 - Essas mesmas condições, apesar desse constante desagrado, têm-se vindo a agudizar ano após ano, nomeadamente a falta e corte de carreiras, supressão de horários, alteração de percursos, atrasos constantes das carreiras, autocarros avariados, autocarros com excesso de lotação, ar condicionado avariado ou desligado, descoordenação horária com os restantes meios de transporte, tarifários de bordo excessivamente onerosos, falta de comodidade nos autocarros, falta de iluminação, de identificação e de indicações nas paragens, e a existência de autocarros completamente desadequados ao utente-alvo.
- 3 - Apesar de inúmeras vezes informada, a TST persiste em não resolver, entre os demais, o problema da utilização de uma carreira com características totalmente desadequadas a um utente maioritariamente idoso com as dificuldades de movimentação e de locomoção próprias desta fase da vida, obrigando a que o mesmo tenha de subir no interior dois lances de degraus num autocarro com dimensões reduzidas colocando desta forma a sua segurança e integridade física em risco, sem ar condicionado, com um horário que restringe o direito à mobilidade de uma grande parte da população de Almada-Velha, e que em consequência das suas características, viaja muita das vezes completamente lotado nomeadamente durante o Verão, resultado da afluência de turistas e visitantes, como é o caso da carreira 101 que liga Cacilhas ao Cristo Rei.
- 4 - Depois dos constantes alertas, preocupações e desagrados por parte das populações e utentes dos transportes da TST, das tomadas de posição dos diversos partidos políticos tal como da Assembleia Municipal de Almada, a empresa contínua a não ter em conta os imperativos deveres e obrigações correspondente ao que deve ser o integral e funcional cumprimento de prestação do serviço público de transporte para com esses mesmos utentes.

A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 29 e 30 de Setembro de 2016, na localidade de Cacilhas, delibera:

- 1- Manifestar novamente junto da empresa TST - Transportes Sul do Tejo - que tenha em consideração os anseios, desagrados e preocupações manifestadas por parte dos utentes da TST e que cumpra na integra com aquilo que devem ser as obrigações e deveres por parte de um operador de serviço de transporte,
 - 2- Proceda com celeridade, como é vontade da população de Almada-Velha, à substituição da carreira 101 Cacilhas - Cristo Rei, por um autocarro com características devidamente adequadas a um utente maioritariamente idoso, melhorando consideravelmente as condições de segurança e qualidade de transporte no interior e acesso ao autocarro permitindo um pleno acesso à mobilidade e à acessibilidade por parte do cidadão.”
- 7.4** - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais: Maria Odete Alexandre, Luís Palma, Nuno Matias, Joana Mortágua, João Geraldês, António Pedro Maco e José Joaquim Leitão.



7.4.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de conhecer quais foram as alterações que a CDU propôs ao CDS na primeira Moção, porque faz falta para a nossa votação. Eu não percebi quais foram as alterações que foram aceites.”

7.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para informação de todos os Srs. Deputados, relativamente à Moção apresentada pelo CDS-PP é para que na parte deliberativa, onde se lê “Assembleia Municipal reunida nos dias 29 e 30 de setembro vem defender para Almada...”, saia esse parágrafo e passe a ficar “vem pronunciar-se pela importância do aprofundamento e do aperfeiçoamento das políticas inclusivas que melhorem as condições de mobilidade e acessibilidade de todos os cidadãos, apelando para tanto a todos os intervenientes no espaço urbano público e privado para a conjugação de esforços e vontades tendente à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos Almadenses.” É esta a proposta que a CDU fez ao CDS e que o Sr. Deputado António Maco aceitou.”

7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É para a já habitual interrupção.”

7.4.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Saudar os Bombeiros de Cacilhas onde estamos a realizar esta Assembleia Municipal pelas razões também que já foram aqui focadas. Saudar todos os presentes e vou referir-me às várias Moções que tecem considerandos e propostas sobre a escola pública, e por isso aproveitar também este momento para saudar toda comunidade e os autarcas também pelo início de mais um ano letivo.

Nós vamos acompanhar todas as Moções, votar a favor todas as Moções que refletem a necessidade de investimento na escola pública e os melhoramentos que foram feitos no início deste ano letivo, a começar pela Moção que para defender o ensino superior público diz não ao processo fundacional. É uma questão para nós que é da maior importância, tem sido dito que a forma de contornar a falta de investimento no ensino superior é este processo fundacional, de maneira a abrir as universidades a dinheiro privado, a fundos privados, a investimentos privados. Isso não é uma forma de resolver o problema do investimento público, isso é uma forma de destruir a escola pública que neste caso o ensino superior e portanto o grande problema do ensino superior é o estrangulamento financeiro que faz que cada vez mais sejam as propinas dos alunos e das alunas que pagam o ensino, e não deveria ser



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

assim. O ensino é uma obrigação do Estado garantido, é para isso que todos nós e todas nós pagamos impostos, deve ser uma prioridade de investimento e só assim se conseguirá garantir que não se pressiona as propinas e que não se criem desigualdades no acesso. É verdade que já conseguimos aprovar na Assembleia da República o congelamento das propinas apenas para o 1º Ciclo de estudos, mas isso já é qualquer coisa, mas o nosso caminho é muito mais longo do que isso, nós temos que caminhar para um ensino que seja verdadeiramente gratuito, em que não haja propinas, é essa a posição do Bloco de Esquerda, teremos que fazer esse caminho.

Também acompanhamos a Moção sobre os manuais escolares gratuitos, é uma medida da maior importância. Nós pugnamos para que ela se torne generalizada no 1º Ciclo e que isso possa evoluir para os restantes ciclos de ensino o mais rápido possível. É verdade que a questão dos manuais escolares tem um problema de investimento, um problema de falta de investimento e de investimento que é necessário. Tem um outro problema que é confronto com um lóbi poderosíssimo que é o lóbi das editoras, e é preciso reconhecer que garantir a igualdade de acesso e de sucesso escolar, sobretudo numa altura em que cumprimos 30 anos de Lei de Bases do Sistema Educativo também implica expurgar interesses privados que acabam por se refletir negativamente na vida das pessoas, e o caso das editoras e da forma como elas pretendem lucrar com o preço dos manuais escolares é uma das tarefas que temos que fazer. Enfrentar esse lóbi para garantir a todas e a todos um acesso e condições de sucesso escolar em igualdade.

E por fim a questão do início do ano letivo. É verdade que este ano letivo foi muito melhor do que o caos a que vínhamos a assistir na era Crato. Os erros foram muitos, foram tantos que o próprio Nuno Crato acabou por pedir desculpa numa ocasião, pelo caos que a bolsa de contratação de escolas gerou na contratação de Professores. Este ano os Professores e as Professoras estão todos colocados, graças ao fim da contratação de escola. Também é verdade que o ano começou com outras melhorias, com o fim do exame da 4ª Classe, com o fim da prova de acesso que era uma iniquidade e um sistema de injustiça para esconder o desemprego entre os Professores, com o fim da requalificação dos Professores, entre outras medidas, com a publicação de uma lista de 200 escolas que vão ser requalificadas, entre as quais estão escolas de Almada e por isso devemos saudar sobretudo depois de 4 anos em que todas as requalificações de escolas foram congeladas e isso causou prejuízos imensos para muitas escolas e para os seus alunos, algumas delas no Concelho e nós lembramos bem o que é que acontece no Monte de Caparica e o que é que acontece naquela escola e em que condições aqueles alunos e aquelas alunas têm aulas e aqueles Professores exercem a sua profissão. Mas há um problema grave no início deste ano letivo que tem que ser enfrentado, que é o problema dos auxiliares, e não é só a falta de auxiliares, é aquilo que está a ser feito para colmatar essa falta de auxiliares que é a contratação a meio tempo, por



4 horas, horários de 4 horas que não permitem sequer subsídio de desemprego, a 2 euros e 49 à hora de pessoal auxiliar para as escolas. Algumas escolas chegam a ter dezenas de trabalhadores a meio tempo a 2 euros e 49, isto não são condições para se exercer uma atividade profissional que é tão importante para as escolas que requer qualificações, requer empenho e requer também valorização social e a valorização social não se faz com a desvalorização das condições de trabalho. E portanto isto tem que ser uma prioridade absoluta. Achamos que há muita falta de investimento, mas esta é uma das mais prioritárias e aqui lanço para terminar apenas um alerta, para que resistamos todos, tal como no ensino superior, não podemos dizer que se resolve os problemas do funcionamento com o regime fundacional, acho que também temos que dizer, também não se resolve os problemas da escola pública com a municipalização. E criar um movimento também aqui a nós autarcas nos cabe dizer qualquer coisa sobre isso. Também criar um movimento que resista à ideia de que transferir as responsabilidades para os Municípios é bom para a escola pública ou resolve qualquer problema da escola pública, as competências aí estão bem definidas e devem continuar a estar bem definidas.”

7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas muito brevemente para dar nota do sentido de voto da CDU relativamente às Moções que estão apresentadas. Votaremos a favor de todos os textos que foram apresentados, com a alteração que já aqui anunciámos relativamente à Moção do CDS-PP sobre a mobilidade inclusiva, mas gostaríamos de deixar algumas notas relativas à Moção do Partido Socialista sobre a questão do ano letivo. Nós entendemos também que o ano letivo este ano começou de uma forma que há muitos anos nós não víamos e no sentido positivo. De facto foram ultrapassadas inúmeras situações de conflito de falta de Professores, de falta de todos os meios e recursos para que as escolas pudessem começar a funcionar no tempo certo de uma forma também certa. É verdade também que se mantem no entanto alguns problemas, já aqui foram referidos, o próprio texto do Partido Socialista refere um desses problemas, tem a ver com os auxiliares, a própria Deputada Municipal Joana Mortágua também o sublinhou, nós também o sublinhamos, é um problema que urge resolver e que urge resolver de uma forma sólida não com medidas que possam apenas tapa o sol com a peneira. Têm de ser encontradas soluções duradouras para este problema, existem outros problemas nós não os podemos ignorar, são públicos, têm sido referidos recorrentemente por diversas entidades entre as quais os sindicatos como por exemplo a organização das turmas, como por exemplo a questão dos meninos que têm necessidades educativas especiais, a constituição das turmas onde eles estão integrados, como por exemplo uma situação que também entendemos que é grave que tem a ver com a manutenção, felizmente o Concelho de Almada não temos conhecimento que essa situação ocorra, mas tem a ver com a acumulação de anos numa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

única turma do 1º Ciclo do ensino básico. Esta é uma situação que continua a existir em grande escala no país e que é preciso resolver e que sendo resolvida, segundo os sindicatos, isso significaria que os Professores do 1º Ciclo teriam horários completos, todos eles.

Queríamos também aproveitar esta oportunidade para referir uma outra questão que tem a ver com o Concelho de Almada em concreto. Nós pensamos que é um importante relevar o esforço que o Município está a fazer e a Câmara Municipal em particular, relativamente ao reforço e à melhoria das condições e da qualidade do ensino na sua área de competências obviamente, tem a ver com o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nós vamos votar nesta Assembleia Municipal um empréstimo bancário que parte se destina à construção de uma nova Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância, na Charneca de Caparica. Charneca de Caparica que tem há muitos anos uma reivindicação que é preciso também considerar para a construção de uma Escola Secundária e que não tem pelo menos, que nós conheçamos, não tem prazo à vista.

E queríamos também sublinhar a manutenção do Programa Pasta Escolar que é um processo que a Câmara de Almada encetou no início deste Mandato e que este ano foi adaptado a uma decisão da Assembleia da República que aprovou a oferta a título gratuito dos livros, dos manuais escolares, melhor dizendo, aos alunos do 1º Ciclo em todo o País. A Câmara de Almada já o fazia anteriormente e este ano adaptou esse processo oferecendo os manuais escolares completos aos alunos do 2º ano do 1º Ciclo e mantendo a oferta da mochila e de material didático diverso aos alunos do 1º ano do 1º Ciclo.

Concluindo, iremos de facto votar todos os documentos que foram apresentados favoravelmente.”

7.4.6 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para deixar apenas e muito brevemente algumas notas sobre os documentos aqui apresentados.

Queria começar por fazer referência aos documentos apresentados, neste caso pela CDU, da Saudação à Judoca Telma Monteiro e também a toda a equipa de paralímpicos que esteve presente nos Jogos Olímpicos do Brasil. Sabemos perfeitamente quais as condições e desde sempre que muitos destes jovens exercitam a sua vida desportiva, os sacrifícios que lhes são conhecidos e portanto aquilo que foi feito no Rio de Janeiro, apesar de podermos entender, alguns poderem entender que foi manifestamente pouco, todos e aqueles que estão em contato com o desporto sabem perfeitamente as dificuldades pelas quais passam, quer a nível dos treinos, conjugar com a Faculdade, com as Escolas, com os Empregos e portanto penso que o reconhecer, o reconhecimento por parte da Assembleia Municipal pelo esforço que é feito e ainda por mais por uma atleta almadense, por aquilo tudo que tem conseguido com



todas as condições e com todos os entraves é bastante reconhecido e ao qual o CDS-PP também manifesta o seu agrado.

Depois também como não poderia deixar de ser, aquele que é o grande flagelo que infelizmente afeta todos os verões o nosso País que é relativamente aos fogos, nomeadamente florestais e ao qual também, nos juntamos a esta Saudação prestada aqui aos Bombeiros, que merecem por todos nós a maior das considerações independentemente de tudo o que neste momento e para os anos futuros teremos para fazer e apurar responsabilidades em matéria deste flagelo que temos infelizmente todos os anos.

Depois muito rapidamente também em relação à gratuidade dos manuais escolares por parte da autarquia, o CDS-PP já teve oportunidade de se manifestar relativamente a esta situação. Como é evidente Sr. Presidente, o CDS-PP saúda a entrega dos manuais escolares e da pasta escolar a todos os jovens e crianças neste caso do ensino básico.

Contudo, aquilo que o CDS-PP tem apresentado e tem dito, neste caso o CDS teria outra opção que seria dizer discriminação pela positiva, ou seja, aqueles meninos ou pais que pudessem pagar então pagariam a pasta escolar e pagariam os livros, abrindo a oportunidade a que se soltasse mais verbas para outras intervenções também no âmbito da escola e portanto do ensino para que alunos mais carenciados pudessem ter acesso a esses mesmos benefícios. Mas portanto, como é evidente não nos poderemos opor relativamente a essa prestação do serviço por parte da Câmara Municipal reconhecendo, enfim, tirando aqui algumas considerações que são feitas no corpo da Moção, mas o CDS-PP, não sei se ela vai ser votada por pontos ou não, mas à partida o CDS-PP irá votar favoravelmente.

Depois relativamente ao documento apresentado pelo Partido Socialista, relativamente ao “Ano letivo inicia-se com clima de tranquilidade”, não me vão levar a mal os Srs. Deputados do PS e restantes que concordam com esta Moção, mas quer dizer quase que não é para levar a sério, são feitas aqui algumas considerações, portanto 10 meses, 8 meses tudo alterou, passamos do mau para o bom, quase para o exemplar, o que deixa aqui muitas reservas, e onde é que nós já vimos estes números mais ou menos maquilhados, mas enfim é a posição por parte do Partido Socialista que eu gostaria apenas de realçar visto que é aqui omitido digamos assim, apresenta-nos uma realidade totalmente diferente daquela segundo o Partido Socialista tínhamos há um ano atrás, e eu pergunto por exemplo se não tiveram em conta as declarações do Sr. Filinto Lima que é Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, onde diz inclusivamente que existem serviços fechados, buracos nos horários e ao qual ainda deixa informação de que os sindicatos desvalorizam esta mesma situação. Portanto para a FNE, a Federação Nacional de Educação, entende que estamos perante uma normalidade, portanto abertura do ensino do ano letivo e portanto que não há nenhum constrangimento relativamente a esta mesma situação.



O CDS-PP como é óbvio não tem o mesmo entendimento, não estamos aqui apenas a dizer mal por dizer mal, mas portanto Srs. Deputados acho que poderia ter havido uma maior atenção e com certeza trataríamos este documento de uma forma totalmente diferente.

O mesmo Diretor refere ainda que e passo a citar, não sou eu que digo estou apenas a ler o que foi dito por parte do mesmo Diretor, “que esta situação é dramática e que não se lembra de nenhum momento assim”. Portanto, não sou eu que o digo, estas declarações agora enfim, quem tem razão fica para depois se apurarem as responsabilidades, também gostaria de realçar aqui apenas a FNE deixou a sua consideração relativamente à abertura do ano letivo, não ouvimos a FENPROF.

Relativamente ao documento apresentado pelo Sr. Deputado do PS, Pedro Matias, a posição que eu terei relativamente a esta mesma Moção é exatamente aquela que eu faço ao documento, portanto vou-me abster de fazer qualquer tipo de consideração, de qualquer maneira aqui Sr. Deputado, num leque de individualidades que aqui citou, eu pensaria que ia estar também citado quiçá.”

7.4.7 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Iniciava a minha intervenção congratulando-me com o facto da CDU apresentar uma Moção que nos permite saudar os Bombeiros do Concelho de Almada. O Concelho de Almada é um Concelho que sempre valorizou os seus Bombeiros, é um Concelho que tem numa zona de acesso muito frequente uma estátua que refere o agradecimento que os munícipes almadenses têm pelos seus Bombeiros. Os seus Bombeiros são uma presença constante que no fundo reforça a tranquilidade e a coesão da sociedade almadense, são Bombeiros que se caracterizam por um trabalho permanente e de qualidade e essa qualidade de trabalho, essa sua estatura foi reconhecida há pouco tempo quando foram convidados para integrar o conjunto de Bombeiros que atuaram no incêndio da Madeira.

É uma boa possibilidade que a Assembleia Municipal tem através desta Moção saudar também os Bombeiros do Concelho e saudar o trabalho que fazem em prol das populações.

Sobre a gratuidade dos manuais escolares que é uma parte do título da outra Moção da CDU, eu penso que já várias vezes foi referido o caráter que respeitamos de muito positivo da iniciativa da Câmara Municipal de distribuição da pasta escolar foi um aspeto que nós sempre defendemos, mas que aqui no Concelho foi propulsor relativamente à intervenção que agora é assumida pelo Governo Central e a sugestão que nós fazemos é que a Câmara continue a apostar nesta via do reforço do apoio às famílias em termos de frequência da escola e acesso a material escolar de qualidade, sendo que sempre que o Governo central se substituir à Câmara neste apoio, a verba disponibilizada seja utilizada noutros aspetos que possam continuar a reforçar a facilidade e o apoio à frequência dos alunos do ensino básico do nosso Concelho.



Outra Saudação sobre a participação portuguesa nos Jogos Paralímpicos. Eu penso que é importante sublinhar a importância do desporto inclusivo. Nós falamos de sociedade inclusiva, falamos de escola inclusiva, os Jogos Paralímpicos são também um passo importante para dar visibilidade à importância para as pessoas portadoras de deficiência de poderem participar na vida desportiva, de poderem ser valorizados, de poderem superar-se e conseguirem atingir objetivos ambiciosos. Portanto, esta Saudação também obviamente partilhada por nós.

Ainda no campo do desporto a Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto em 2018, é obviamente um objetivo importante e consideramos também que é importante sublinhar com justiça a relevância do trabalho, dos técnicos municipais que trabalham nesse projeto. E portanto, também na área do Desporto a Saudação à Atleta Almadense de grande projeção internacional, Telma Monteiro, também é importante. Portanto, Telma Monteiro está associada sempre ao Concelho de Almada, é também uma embaixadora do Concelho de Almada e portanto é importante que Almada também reconheça e sublinhe esse aspeto.

A Moção apresentada pelo PS “Novo ano letivo inicia-se em clima de tranquilidade”, pretende dar visibilidade e apoiar um conjunto de alterações que se verificaram em matéria de educação e de preparação do ano letivo, pensamos que a realidade se impõe a todos aqueles que a queiram ver. Há progressos significativos que resultam de uma diferença de postura e de uma preocupação de convergência e de resolução dos problemas concretos, será que todos os problemas estão resolvidos? Claro que não, há muitos problemas por resolver. Há problemas que não é previsível que sejam completamente resolvidos nos próximos tempos. Foi aqui referido pelas várias bancadas a questão de assistentes operacionais, é um aspeto muito delicado na educação em Portugal, na rede pública de educação há problemas de definição de funções, de estruturas, de utilização de recursos que têm que ser sempre melhorados. É óbvio que os passos que temos que dar são passos que devem ultrapassar soluções que são soluções temporárias, mas que não são soluções desejáveis. O recurso em larga escala, os programas CEI, é um recurso que deve ser ultrapassado. Os CEI podem ter um papel no apoio a projetos específicos, mas não podem continuar a ser utilizados nas Escolas como substitutos de postos de trabalho efetivos e o recurso às célebres horas de limpeza que vem de há muitos anos atrás também deve ser ultrapassado, é obviamente um recurso com flexibilidade, mas que tem problemas muito grandes para as escolas e também para os trabalhadores que são envolvidos nestes procedimentos. Portanto, são desafios que temos, são passos que têm que ser dados no sentido de aprofundarmos as soluções mais adequadas para o enquadramento das crianças nas escolas, enquadramento esse que é assegurado pelos assistentes operacionais.

As Moções apresentadas pelo CDS também não nos merecem reparo, portanto votaremos a favor.



E ficou para o fim uma última referência que é uma referência um pouco em linha diferente daquela que foi feita até agora, que tem a ver com a Moção apresentada pela CDU “Em defesa do Ensino Superior Público, não ao processo fundacional”. É ponto de honra para todos os Srs. Deputados Municipais aqui presentes, tanto quanto eu sei que o País é um País plural, em que há várias opiniões sobre um conjunto de matérias e o que é importante é que tenhamos todos a humildade para a resolução dos problemas concretos, nos sentarmos à mesa e procurar as melhores soluções relativamente a esta questão da possibilidade de se constituírem fundações com instituições universitárias públicas. O nosso entendimento não é coincidente com o entendimento expresso pela CDU e pelo Bloco de Esquerda, nós entendemos que as experiências que neste momento existem revelaram algumas potencialidades deste modelo, entendemos no essencial que esta matéria se situa no âmbito da autonomia universitária e não entendemos como adequado assumirmos aqui uma posição excessivamente assertiva, e portanto vamo-nos abster relativamente a esta Moção.”

7.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar também associarmo-nos à Saudação aos Bombeiros de Cacilhas e neles a todos os Bombeiros Voluntários do Concelho e do País, como heróis que são e um exemplo de cidadania na entrega à causa pública e na defesa de um território que é de todos, mas que eles em primeiro lugar defendem como ninguém. E portanto associarmo-nos também à Saudação que aqui é apresentada em relação aos Bombeiros que é mais do que justa.

Em relação às Moções que temos para decisão, em relação ao documento 2, sobre o Ensino Público, iremos votar contra e iremos votar contra porque nós entendemos que ter uma visão no mínimo desequilibrada daquilo que deve ser a prevenção do Estado na sociedade e daquilo que deve ser um sistema da educação apenas baseado num conceito, muitas vezes utópico da Escola Pública, porque falamos hoje, e aqui defende-se a Escola Pública ao nível do Ensino Superior, mas esquecemos que há muitas dezenas de euros que estão em dívida neste momento pelo Governo Central ao sistema de ensino público universitário. E portanto, defender uma coisa mas depois não funcionar essa coisa que se defende é no mínimo hipocrisia e não faz sentido numa sociedade moderna onde a sinergia entre o público e o privado desde que devidamente organizada, sistematizada e implementada faz muito mais adesão à realidade do que defender uma utopia sem ter dinheiro para a pagar.

Em relação ao documento seguinte sobre o Concelho Republicano e Democrático, iremos votar favoravelmente, até pela proximidade da data que iremos evocar na próxima semana.

Sobre os Bombeiros Voluntários já tive ocasião de apresentar a nossa posição.

Sobre a Moção da CDU acerca da gratuidade dos manuais escolares, todas as boas medidas quando se justificam e são possíveis de executar, são bem vindas. A questão da distribuição dos manuais escolas e da pasta que a Câmara tem desenvolvido é um projeto



meritório que nós também não deixamos de saudar, mas entendemos que há aqui uma série de conceitos que não têm propriamente adesão com aquilo que é a realidade, e portanto não só porque não nos revemos nos considerandos, mas também porque o ponto 1 nos suscita as maiores dúvidas, propomos aos proponentes que possamos votar em separado os considerandos e o ponto 1, e possamos depois agrupar a votação dos pontos remanescentes 2, 3 e 4.

Em relação à Moção da Missão Portuguesa nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, iremos naturalmente votar a favor e também da Atleta Telma Monteiro, que tanto diz a Almada e tanto nos orgulha também na forma como leva o nome do nosso Concelho pelo mundo fora na entrega, na garra, na forma como do ponto de vista desportivo também afirma valores de cidadania, do trabalho de equipa, do não desistir de lutar por aquilo em que se acredita e se quer marcar a diferença.

Em relação à Moção seguinte sobre “o novo ano letivo e o clima de tranquilidade”, eu penso que já aqui foram aduzidas algumas razões durante a noite, mas quem ouviu as notícias esta semana e a forma também atribulada como um membro do Governo teve que sair de um Concelho em Braga, penso que ajudam a recentrar a atenção sobre o início do ano letivo e a forma como se calhar nem nos anos anteriores foi tudo mau. Também não foi tudo bom, nem agora foi tudo bom para vermos aqui este tipo de análise comparativa, um bocadinho rebuscada. Eu diria se calhar com alguns números um bocadinho exagerados, para fazermos uma avaliação tão positiva e tão tranquila como aqui é referido, porque há um conjunto de fatores objetivos que ajudam a desmistificar e a própria Deputada Joana Mortágua acabou por falar nisto, na questão da falta de auxiliares. Ainda há falta de professores e portanto eu diria que a tranquilidade com que se apresenta esta suposta tranquilidade é demasiado tranquila para aquilo que é realmente a realidade.

A Moção seguinte do CDS sobre acessibilidades e mobilidade, iremos votar favoravelmente, bem como a questão da Carreira dos TST.

Mas, para terminar eu penso que o Grupo Municipal do PSD não gostaria de deixar passar a oportunidade, não só porque estamos quase a fazer um ano em que a maioria parlamentar tomou responsabilidades no destino do País, uma vez que vemos este conjunto de Moções, que nós pensávamos que fosse complementar, também com um balanço de como tudo aquilo que foi projetado do ponto de vista de grande dinâmica e de grande afirmação governativa, iria ter resultado governativo também em Almada. E nós pensávamos que íamos ser confrontados com um conjunto alargadíssimo de Moções e Saudações, de problemas resolvidos pelo atual Governo e pela atual maioria parlamentar.

Questões desde os transportes públicos, questões desde regeneração urbana e o apoio à habitação social, as questões do Polis que tanto melindrava tanta gente ao longo dos anos e que passado um ano parece que afinal ainda não tem solução, questões como o crescimento



económico e a criação de emprego que iria agora projetar a possibilidade de reinvestir no nosso território e dar resposta ao conjunto alargadíssimo de propostas que sistematicamente o Orçamento da Câmara de Almada contempla, nós não nos esquecemos que sempre que discutimos aqui o Plano de Atividades para o ano seguinte, há um conjunto alargadíssimo de reivindicações que nós pensávamos que neste momento em que vamos fazer quase um ano de ação governativa iríamos estar aqui a saudar todas essas grandes obras e essa capacidade de realização. Infelizmente parece que afinal não só não temos o crescimento que se anunciava, já vai por metade daquilo que tínhamos o ano passado, ainda hoje chegámos à conclusão que afinal temos mais desempregados e menos trabalhadores empregados neste País e parece que afinal não há assim tantos motivos para apresentar Moções de realização de obra em Almada que nos ajude a caucionar o modelo de governação e crescimento económico que nos anunciaram que ia ser espetacular, porque com o consumo íamos crescer de forma imparável, com o consumo e com o investimento público íamos conseguir dar resposta às necessidades da nossa população e da nossa sociedade. E vê-se por aquilo que são as Saudações, das intervenções e das grandes obras conseguidas ao fim de um ano de ação governativa no Concelho de Almada e que afinal aquilo que nós conseguimos atender nas Moções que aqui são apresentadas é Saudações de abertura de início do ano letivo, a intervenção da autarquia nalgumas áreas, no seguimento daquilo que vem fazendo e bem no apoio nomeadamente às crianças do nosso Concelho, mas convenhamos para aquela grande ambição de uma grande nova maioria parlamentar, estamos muito longe daquilo que era essa visão e essa ambição e um conjunto de reivindicações certamente vão continuar a aparecer porque soluções nem vê-las.”

7.4.9 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só muito rapidamente para registar uma novidade nesta Assembleia, que é ouvir o PSD. Eu nem sequer vou falar do aspeto principal que é o facto de o PSD ter estado quatro anos no Governo e ter destruído tudo aquilo que agora diz que devia ter sido construído em apenas menos de um ano, nem sequer um ano, menos de um ano, mas nem sequer vou falar disso. Eu só vou falar desta novidade, que é o Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almada, vir aconselhar as outras bancadas sobre os assuntos que devem falar é inaudito e é interessante.”

7.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

7.5.1 - A Moção/Deliberação Em defesa do ensino superior público, não à criação de fundações de direito privado, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e



Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e dez abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica).

7.5.2 - A Moção/Deliberação Por um Concelho Republicano e Democrático - Homenagem aos revolucionários republicanos do Concelho de Almada e do Distrito de Setúbal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

7.5.3 - A Moção/Saudação Aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (com alterações), foi aprovada por unanimidade.

7.5.3.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Saudação Aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada

No final de mais uma época de fogos florestais importa saudar e reconhecer o papel que os bombeiros assumem, verdadeiros soldados da paz, no combate a este flagelo sazonal.

As políticas de ordenamento do território, ou a falta delas, a monocultura, nomeadamente do eucalipto em extensas áreas do território nacional, a falta de limpeza das florestas, também resultante da não existência de políticas de desenvolvimento da agricultura - com a consequente desertificação do interior do país - o ataque à forma de exploração secular dos baldios, o desvio dos fundos do programa de desenvolvimento rural para outros fins, são todas razões que explicam os mais de um milhão de hectares ardidos no território nacional na última década, confirmados este ano pelos mais de 100.000 hectares ardidos.

As políticas nacionais apostam na reação e não na prevenção.

Os bombeiros, qual Santa Bárbara quando treveja, são lembrados somente na aflição, evidenciando-se nesse momento a sua escassez de meios, a falta de efetivos e de formação, resultado do desinvestimento de anos por parte do poder central e da falta de incentivos para o exercício da nobre missão de voluntariado levada a cabo pelos bombeiros de Portugal, de Norte a Sul do país e também nas ilhas - como nos ficou tristemente na memória recente com os incêndios na ilha da Madeira.

No nosso concelho, esta época de fogos saldou-se por uma reduzida área ardida, em flagrante contraste com o resto do país. Dos 3 hectares vitimados por incêndios só 2 corresponderam a área florestal e, mesmo assim, só alguns poucos metros de árvores e arbustos, sendo o resto, no fundamental, matos.



A razão para estes números, tão distantes dos totais nacionais, prende-se com a articulação de todos os meios e a tomada das medidas preventivas previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente o pré-posicionamento de meios no terreno em toda a fase Charlie (de 1 de Julho a 30 de Setembro) e o patrulhamento das matas pelos diversos agentes e voluntários da Proteção Civil, assim como a condição de elevada prontidão, capacidade e formação das três corporações de Bombeiros no nosso concelho.

A condição para o exercício das missões dos bombeiros tem sido uma constante preocupação ao longo dos anos por parte do município, assumindo a Câmara Municipal não só o pagamento dos seguros do pessoal e viaturas, como dos corpos permanentes, e também atribuindo uma verba anual de 300.000€ para a frota e equipamentos.

Esta condição que os bombeiros aqui têm permite que, para além da sua missão em Almada, apoiem o dispositivo nacional de combate a incêndios, tendo participado de norte a sul do país e também na Madeira 746 operacionais e 163 viaturas, oriundos das três corporações - Almada, Cacilhas e Trafaria - com 136 saídas para combate a fogos e pré posicionamento de meios. A este propósito importa uma referência particular ao chefe Mário, dos Bombeiros Voluntários de Almada, que sofreu um acidente de alguma gravidade na Madeira onde foi operado, estando já em franca recuperação.

É ainda de referenciar a extraordinária e solidária resposta da população que se disponibilizou nos momentos difíceis por que o país passou este ano para apoiar os bombeiros das mais variadas formas mas, desde logo, com a oferta de géneros alimentícios e água. Também em Almada a nossa população se empenhou e foram incontáveis as ajudas que chegaram aos quartéis das três corporações.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 29 de setembro de 2016, delibera:

1. Saudar as três associações de Bombeiros voluntários do concelho (Almada, Cacilhas e Trafaria), bem como os seus homens Bombeiros e as mulheres Bombeiras que pela sua resposta sempre pronta, evitaram situações de maior risco, contribuindo com a sua ação para preservar a nossa floresta, os nossos recursos naturais e dando segurança à nossa população;
2. Saudar os Bombeiros de Portugal pela sua extraordinária ação que se repete de forma abnegada ano após ano, levando se necessário for a consigna “Vida por Vida” às últimas consequências. Aos soldados da Paz continuamos a dizer que a nossa gratidão nunca será suficiente.”

7.5.4 - A Moção/Deliberação sobre a Gratuitidade dos manuais escolares - combater o insucesso e abandono escolares, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Daniel Sobral, foi aprovada por pontos:



7.5.4.1 - Os Considerandos e o Ponto 1, foi aprovado por maioria com trinta e dois votos (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.4.2 - O Ponto 2, foi aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (do eleito do CDS-PP).

7.5.4.3 - O ponto 3, foi aprovado por unanimidade.

7.5.4.4 - O Ponto 4, foi aprovado por maioria com trinta e dois votos (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.5 - A Moção/Saudação À missão Portuguesa nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

7.5.6 - A Moção/Saudação À participação do Movimento Associativo Almadense na Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto de 2018, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

7.5.7 - A Moção/Saudação À judoca Telma Monteiro pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Olímpicos Rio 2016, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

7.5.8 - A Moção/Deliberação Novo ano letivo inicia-se em clima de tranquilidade, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Vanda Silva (com alterações), foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.8.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:



Moção/Deliberação Novo ano letivo inicia-se em clima de tranquilidade

A aposta na Educação enquanto meio privilegiado para promover a justiça social e a igualdade de oportunidades, garantindo assim o acesso de todas as crianças à escola pública, é a prioridade da política educativa deste governo, sendo claro o esforço no sentido de colmatar as lacunas criadas pela anterior equipa.

Começamos pelos concursos de professores: - Pela primeira vez, nos últimos anos, respira-se tranquilidade no arranque de mais um ano letivo, com as escolas a iniciar a sua atividade, com os professores colocados atempadamente, preparando-se para a “nobre” tarefa de ensinar.

A orientação da atual equipa ministerial na realização dos concursos do corrente ano, que se pretendiam mais lesto e eficaz, garantiu aos alunos e famílias um início de ano letivo tranquilo, o que não aconteceu, por exemplo em 2015, quando apenas estavam colocados 8.055 professores, sendo 5.211 horários anuais, 1496 temporários e 1348 de Bolsa de Contratação de Escola, gerando o caos nas escolas, com as direções a enfrentar dificuldades intransponíveis na seleção do pessoal. Em 2014, ano em que o ministro Nuno Crato se viu obrigado a pedir desculpa ao país pelos atrasos nos concursos de colocação de professores, apenas estavam colocados, na mesma data, 3.256 docentes, denotando uma total incapacidade para, de uma forma transparente e eficaz, os colocar atempadamente nas escolas para se iniciar esse ano letivo.

No corrente ano, a um de Setembro, grande número de escolas via assim satisfeitas as necessidades permanentes do sistema, antes mesmo de se iniciar as aulas e, até 16 de Setembro de 2016, estavam já colocados 14.530 docentes, sendo que 11.161 preenchem horários anuais e 3262 horários temporários.

Reconhecendo o papel decisivo da Escola Pública e do bom funcionamento das organizações, para além da questão dos concursos, outras medidas adotadas em prol da educação, merecem ser realçadas, nomeadamente:

- Maior investimento na Educação e na Escola Pública;
- Esforço no combate ao insucesso através de políticas públicas para todos os níveis de ensino, com particular incidência no Pré-Escolar e 1º Ciclo, no sentido de reduzir para metade o insucesso escolar;
- Criação de mais 175 turmas de Pré-Escolar, no corrente ano, garantindo assim o acesso a este nível de ensino a crianças de 4 anos;
- Proposta de alargamento/universalização do acesso ao Pré-Escolar, de crianças dos 3 aos 5 anos, já no próximo ano letivo;
- Gratuitidade dos manuais escolares do 1º ano, do 1º Ciclo do Ensino Básico, medida essa que se pretende estender aos quatro anos deste nível de ensino, minimizando as despesas das famílias, de modo a garantir igualdade e justiça no acesso de todos à educação. (Esta



medida, articulada com outras já adotadas por algumas autarquias, nomeadamente a de Almada, poderá e deverá ter continuidade, colmatando assim as assimetrias sentidas por determinados estratos da população);

- Financiamento atempado ao Ensino Artístico Especializado, de modo a garantir o seu funcionamento sem percalços;
- Investimento na Educação de Adultos e na Formação ao Longo da Vida, estando a ser relançado o “Programa Qualifica”;
- Assinatura de protocolos/contratos, com vista à modernização de cerca de 200 escolas dos 2º, 3º Ciclos e Secundárias, com verbas provenientes de fundos comunitários (cerca de 236 M€), beneficiando, aproximadamente, 9199 alunos.

Naturalmente que existem aspetos a melhorar, muito concretamente ao nível dos recursos humanos de pessoal não docente, cujo deficit referido pelas escolas, dificulta o seu bom funcionamento. Relativamente a esta matéria, estão já a ser analisadas pelos vários ministérios as referidas carências, no sentido de operacionalizar recursos e solucionar os problemas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 29 de Setembro de 2016, delibera:

Assinalar o ambiente de serenidade que caracterizou o arranque do ano letivo;

Reconhecer o investimento feito no combate às desigualdades, através dos apoios às famílias, bem como o esforço na melhoria das condições de trabalho nas escolas públicas através da adequada dotação de pessoal docente e não docente.

Reconhecer a necessidade de dar continuidade a políticas promotoras do sucesso educativo, da redução das desigualdades e de um maior investimento na Escola Pública, subscrevendo deste modo o apoio a todas as medidas que venham a ser apresentadas nesse sentido.”

7.5.9 - A Moção/Deliberação sobre Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (com alterações), foi aprovada por unanimidade.

7.5.9 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação sobre Acessibilidade e Mobilidade inclusiva

Uma cidade moderna, integradora e inclusiva é aquela que pensa, organiza, planeia, define e aplica políticas e medidas que dizem respeito à vivência do uso do seu espaço público e urbano, de maneira a que todos possam usufruir desse mesmo espaço de forma livre e em segurança retirando maior partido do seu meio envolvente.

Uma cidade moderna é também, aquela que respeita, valoriza e coloca em primeiro lugar os direitos de cidadania preservando ao máximo a qualidade de vida dos cidadãos.

O espaço público urbano deve ser desenhado de maneira a dirimir as dificuldades da livre movimentação de todos os cidadãos em especial aqueles que de forma permanente ou



temporária, veem a sua mobilidade reduzida ou condicionada por falta de inadequadas ou insuficientes políticas que salvaguardem esses direitos.

Deve ser essa preocupação uma prioridade de quem tem responsabilidades na aplicação das normas e regras num município, levando desse modo, a que as desigualdades e as discriminações sejam minimizadas e tornem o espaço público acolhedor e acessível a todos. Desta feita, os diversos equipamentos urbanos espalhados pela cidade devem ser pensados para corresponder às exigências dos mais necessitados diminuindo a perigosidade e a exclusão social contribuindo em simultâneo para uma plena integração.

A redução significativa de barreiras arquitetónicas e urbanísticas tal como os demais obstáculos impeditivos de uma verdadeira e livre mobilidade, tornará a vida das crianças, mulheres grávidas, idosos, invisuais e demais cidadãos incapacitados e portadores de deficiência física ou mobilidade condicionada, mais sociável e em segurança, pois muitas destas pessoas vivem quotidianamente presas a uma rotina desadequada à sua liberdade na sequência de uma ausência de políticas convergentes à sua condição tal como no deficitário cumprimento das normas e das regras que impossibilitam a normal convivência dessas pessoas em sociedade.

Semáforos com sinalização sonora, passadeiras em locais adequados, passadeiras visíveis ao condutor e ao peão, cumprimento da velocidade no meio da cidade por parte dos automobilistas, sinalização vertical e horizontal adequada e atualizada, indicações e orientações atualizadas e bem visíveis, passeios conservados e rebaixados, bons percursos pedonais, sinalização adequada de obras e similares, remoção atempada de entulho de obras, de lixo e demais resíduos urbanos (por exemplo de monos) e análogos, estacionamento ordenado e no estrito cumprimento do código da estrada, aumento de estacionamento para deficientes e pessoas com mobilidade condicionada, cumprimento na fiscalização da ocupação indevida dos lugares destinados a deficientes, escadas e escadarias na via pública em segurança e elevadores inclusivos, são algumas das prioridades que devem ser tidas em conta quando se planeia a vida cidadina e urbana desafogando os obstáculos a que cidadãos estão sujeitos.

Ainda no que concerne à fiscalização, a mesma quer-se em primeiro lugar, pedagógica mas eficiente no cumprimento das normas e regras, devendo as entidades municipais dar o exemplo. Ao mesmo tempo, compete também aos vários agentes locais tais como o comércio, a indústria, a restauração entre outros, respeitar a legislação em vigor, contribuindo para o restringir de constrangimentos no espaço público urbano nomeadamente a redução dos obstáculos existentes que afastam o cidadão da sociedade.

Os acessos e permanência nos organismos públicos, escolas e demais estabelecimentos de ensino, centros de saúde, espaços de lazer tal como as vias de circulação, devem ser pensadas e adequadas para todos.



Um espaço ordenado, cuidado e inclusivo, é um espaço atrativo e acolhedor capaz de atrair novos munícipes e visitantes para a cidade.

Na mesma linha, os transportes devem ser adequados e pensados para quem tem dificuldades de mobilidade e de locomoção, nomeadamente a população mais envelhecida. Assim, criar bons acessos a paragens, apeadeiros e abrigos, tal como melhorar a sua iluminação e a existência de sinalização em escrita Braille ou sonora, deve ser aposta das várias entidades com competência para minimizar as dificuldades manifestadas quer por idosos quer por cidadãos portadores de deficiência visuais ou outras.

Ainda no que respeita à iluminação pública, a mesma deve garantir segurança e bem-estar ao cidadão convidando o mesmo a usufruir e a percorrer todo o espaço do concelho independentemente do horário ou da altura do ano, diminuindo, eliminando ou reconvertendo espaços e locais marginalizados, tornando-se essa iluminação em mais segurança para o cidadão.

Em conclusão, e tendo em conta os considerandos em cima descritos no que respeita à necessidade promover uma mobilidade e acessibilidade urbana inclusiva e mais segura, a Assembleia Municipal de Almada pronuncia-se pela importância do aprofundamento e do aperfeiçoamento das políticas inclusivas que melhorem as condições de mobilidade e acessibilidade de todos os cidadãos, apelando para tanto a todos os intervenientes no espaço urbano, públicos e privados, para a conjugação de esforços e vontades, tendente à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos almadenses.”

7.5.10 - A Moção/Deliberação sobre TST Carreira 101 Cacilhas-Cristo-Rei, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (com alterações), foi aprovada por unanimidade.

7.5.10.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação sobre TST Carreira 101 Cacilhas-Cristo-Rei

Considerando que:

- 1 - Desde há muito que os utentes e utilizadores da Transportes Sul do Tejo (TST) têm vindo a manifestar o seu desagrado e preocupações perante as deficitárias condições prestadas pela mesma empresa junto dos utentes que diariamente usam os serviços da TST para se deslocarem no concelho de Almada.
- 2 - Essas mesmas condições, apesar desse constante desagrado, têm-se vindo a agudizar ano após ano, nomeadamente a falta e corte de carreiras, supressão de horários, alteração de percursos, atrasos constantes das carreiras, autocarros avariados, autocarros com excesso de lotação, ar condicionado avariado ou desligado, descoordenação horária com os restantes meios de transporte, tarifários de bordo excessivamente onerosos, falta de comodidade nos autocarros, falta de iluminação, de identificação e de indicações nas paragens, e a existência de autocarros completamente desadequados ao utente-alvo.



- 3 - Apesar de inúmeras vezes informada, a TST persiste em não resolver, entre os demais, o problema da utilização de uma carreira com características totalmente desadequadas a um utente maioritariamente idoso com as dificuldades de movimentação e de locomoção próprias desta fase da vida, obrigando a que o mesmo tenha de subir no interior dois lances de degraus num autocarro com dimensões reduzidas colocando desta forma a sua segurança e integridade física em risco, sem ar condicionado, com um horário que restringe o direito à mobilidade de uma grande parte da população de Almada-Velha, e que em consequência das suas características, viaja muita das vezes completamente lotado nomeadamente durante o Verão, resultado da afluência de turistas e visitantes, como é o caso da carreira 101 que liga Cacilhas ao Cristo Rei.
- 4 - Depois dos constantes alertas, preocupações e desagradados por parte das populações e utentes dos transportes da TST, das tomadas de posição dos diversos partidos políticos tal como da Assembleia Municipal de Almada, a empresa continua a não ter em conta os imperativos deveres e obrigações correspondente ao que deve ser o integral e funcional cumprimento de prestação do serviço público de transporte para com esses mesmos utentes.

A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 29 e 30 de Setembro de 2016, na localidade de Cacilhas, delibera:

- 2- Manifestar novamente junto da empresa TST - Transportes Sul do Tejo - que tenha em consideração os anseios, desagradados e preocupações manifestadas por parte dos utentes da TST e que cumpra na íntegra com aquilo que devem ser as obrigações e deveres por parte de um operador de serviço de transporte.
- 2- Recomenda que a TST proceda com celeridade, como é vontade da população de Almada-Velha, à substituição da carreira 101 Cacilhas - Cristo Rei, por um autocarro com características devidamente adequadas a um utente maioritariamente idoso, melhorando consideravelmente as condições de segurança e qualidade de transporte no interior e acesso ao autocarro permitindo um pleno acesso à mobilidade e à acessibilidade por parte do cidadão.”

8 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

8.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XVIII**).

8.2 - Usaram da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente do C.A. dos SMAS Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do documento.

8.2.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Foi feita a distribuição da Informação da Câmara dos últimos meses, só salientar um ou outro aspeto, depois o Sr. Vereador, o Sr. Vice-Presidente, referirá algumas questões relacionadas com a atividade dos SMAS de Almada.

Gostava de sublinhar em relação ao 1º Eixo - Planeamento Estratégico do Ordenamento e Gestão do Território, para além daquilo que resulta da nossa atividade geral, da atividade geral da Câmara na linha do que já vem de trás com mais significado, o alargamento dos projetos de reabilitação urbana à Sobreda e o alargamento também da área de reabilitação urbana em Cacilhas, são dois aspetos que gostava de salientar referentes a este período.

Também gostava de sublinhar os passos dados no sentido da qualificação das condições ao dispor das populações das Terras da Costa da Caparica e do 2º Torrão, na Trafaria, no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica onde se está a dar passos para se ter uma situação mais regular e melhor.

Já referimos aqui, não vou voltar a debruçar-me sobre isto, sobre o processo de realojamento da rua do Juncal, na Costa da Caparica.

Mas também sublinhar a importância e dar relevo ao facto de na área do turismo ter havido um atendimento de quase sete mil e setecentos turistas nos nossos postos de turismo municipal, o que reflete uma procura crescente do nosso Concelho.

Gostaria de em relação às áreas sobre questões de ambiente e de biodiversidade e energia sublinhar os estudos integrados para a Bacia da Foz do Rêgo e também o trabalho feito em conjunto com o Município do Seixal para a candidatura em projetos com investimento em apoio comunitário, para a criação de Bacias de Retenção de Águas no sentido de podermos também nessa área controlar melhor quais são os impactos que possam resultar de perturbações climáticas mais acentuadas e a importância deste tipo de investimentos.

Apesar de termos tido um período estival e também de primavera que do ponto de vista de resíduos foi como já tivemos ocasião de referir, em anteriores Assembleias, bastante complicado para o Município, gostava de dizer-vos que os dados recolhidos mantêm que há um crescimento da nossa capacidade de recolha de resíduos em todas as suas vertentes.

Depois em relação às questões da mobilidade, o trabalho feito no âmbito da ação da mobilidade urbana sustentável para a Área Metropolitana de Lisboa foram passos importantes, assim como o trabalho feito no âmbito do processo de contratualização que a Área Metropolitana de Lisboa está a desenvolver no âmbito dos transportes.

Sublinhar em relação às áreas da educação e da juventude um aspeto que já aqui foi salientado, foi o esforço feito na área da conservação e manutenção do parque escolar da responsabilidade do Município, onde se deram passos muito importantes no último ano, onde ainda há algumas coisas para completar até ao final deste ano e algumas coisas para concretizar e finalizar no próximo ano, mas como este processo decorreu durante o período de verão, aproveitando o período de interrupção escolar em diversas escolas.



Já aqui foram referidas as questões relacionadas com a entrega do material escolar e dos manuais escolares às crianças.

Na área da juventude ainda gostava de sublinhar que este ano o Programa de Férias de verão envolveu cerca de 500 crianças e jovens, o ano passado, como se lembram, tínhamos ficado por cerca de 300, é um número mais significativo, quase que duplicou a oferta.

E era importante também sublinhar a reanimação do Fórum Municipal da Juventude e o processo de estabelecimento do Orçamento Participativo Jovem que também avançou durante este período, embora ainda não o tenhamos concluído.

O Programa de Promoção Turística da Costa da Caparica voltou a ter sucesso este ano nas suas linhas gerais.

Mas também referir aqui o desafio que nos foi colocado para muito rapidamente dotar o Estádio Municipal José Martins Vieira das condições necessárias para que o Clube Desportivo da Cova da Piedade aí possa disputar os novos campeonatos a que teve acesso.

A candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto tem mobilizado de uma maneira geral toda a nossa comunidade desportiva e associativa com muito entusiasmo e que para além daquilo que venha a ser o resultado é já uma vitória muito importante que o nosso Concelho e o nosso Município alcance tanta mobilização.

O Plano de Emergência Social durante estes três meses saldou-se com o apoio a 183 agregados familiares envolvendo 451 pessoas e com um valor de 48 mil euros, portanto é o balanço da aplicação do Plano de Emergência Social no Período dos três meses em referência.

Para terminar, sublinhar dois aspetos. Por um lado as obras de requalificação e reabilitação de instalações destinadas aos trabalhadores, mas sobretudo o trabalho que está em curso, relacionado com o 2º Congresso Almada, portanto com participações significativas em alguns dos painéis que tiveram lugar nas Freguesias e que demonstra que para além de tudo o mais existe uma vastíssima participação quer dos cidadãos, quer das instituições, quer das escolas na vida do nosso Concelho. Somos de facto um Concelho participativo, não quer dizer que com isto o Congresso não venha a demonstrar que podemos e devemos ir mais além, mas enfim, saudar até agora a forma positiva como as coisas têm estado a correr e aproveitar para apelar a todos que possam participar quer nas sessões que se vão realizar nas Freguesias, quer também nas Sessões do Congresso propriamente dito nos dias 14, 15 e 16 de outubro.”

8.2.2 - O Sr. Presidente do C.A. dos SMAS - Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Da atividade que os Serviços Municipalizados desenvolvem gostava de realçar as questões relativas à reabilitação das redes de água e saneamento e dos nossos equipamentos



associados à gestão do ciclo urbano da água. E como é do conhecimento, estava programado, avançaram as obras de reabilitação das redes de água e saneamento de Almada Velha, estamos a fazer intervenção na rua Fernão Lopes e Heliodoro Salgado, D. João I. Parte da D. João I visa resolver um problema de ligação de infraestrutura desta parte da nossa Cidade com a obra feita por altura da instalação do Metro Sul do Tejo e dessa maneira o bom padrão do abastecimento.

Avançou também a obra do viaduto do Pragal, uma obra de grande importância estratégica, que vai ligar, criando uma redundância nos dois grandes reservatórios, o Reservatório do Pragal que abastece, como se sabe, parte significativa do Pragal, de Almada, de Cacilhas e da Cova da Piedade, e o Reservatório do Raposo que abastece o Plano Integrado de Almada e que com esta obra de ligação das duas infraestruturas vai permitir no futuro colocar água do Pragal no Raposo, ou do Raposo no Pragal se for necessário por razões de manutenção do abastecimento e alguma dificuldade nas adutoras que vêm de Vale Milhaços ou de Corroios para ambos os Reservatórios. Uma redundância que vai garantir normalidade e reforço do abastecimento. Vai avançar e estão em conclusão algumas obras, lembrava apenas a reabilitação das infraestruturas do Largo 5 de Outubro que está no essencial concluído, feito por administração direta dos Serviços Municipalizados. A rua Castelino Pais que está em fase de conclusão, também reabilitação de um Coletor de grande importância na drenagem da Cova da Piedade. Avançará nos próximos dias a praceta Arlindo Vicente, no Centro da Cidade. Vamos avançar com a obra de reabilitação do Coletor da rua dos Espatários à rua Sousa Coutinho, à rua da Academia Almadense, com uma intervenção que não obriga à abertura de vala mas que vai reabilitar aquele Coletor de grande importância também para o centro da Cidade. Avançará assim que tivermos o Visto do Tribunal de Contas a obra de reabilitação de água e saneamento da Luís de Queirós à avenida Rainha D. Leonor, junto ao SAP, uma obra também de grande importância em especial no Coletor de Saneamento que é um Coletor central da nossa Cidade que naturalmente drena para a ETAR da Mutela. Avançará também até ao final do ano a obra que está em fase conclusiva do concurso, a obra de S. Paulo ao Registo Civil, passando pela Casa da Cerca. Estão em obras grandes reparações em Reservatórios, destacava o Reservatório aéreo do Feijó e os dois semienterrados que estão em fase de conclusão de realização integral destes grandes equipamentos do abastecimento. Uma parte expressiva do Concelho avançará também a reabilitação no Cassapo e no Raposo. Avançará obras de reabilitação na Costa da Caparica, na chamada zona dependente de Brielas e como é compromisso também assumido aqui noutros momentos com a nossa Assembleia Municipal avançará a reabilitação da Adutora da Faculdade/Murfacém, resolvendo definitivamente um problema desta infraestrutura de grande dimensão, ainda que no final com consumo não muito expressivo. E estamos a concluir grandes obras, uma das quais no passado dia 23 tivemos oportunidade de inaugurar, o Posto



de Comando e a Estação Elevatória de Vale Milhaços, de reabilitação criando grandes e melhores condições de trabalho para uma área que é uma área central na gestão do abastecimento de água para o nosso Concelho, ainda que situado no Concelho do Seixal, é por aqui que passa toda a gestão de alta desde a captação dos 34 furos, até à entrega da água nos 25 Reservatórios do Concelho. A sua gestão é feita a partir de Vale Milhaços e acabamos por inaugurar e concluir uma obra de grande importância para o funcionamento deste setor.

Está prevista a inauguração da ETAR do Valdeão reabilitada no próximo dia 7 de outubro. A ETAR do Valdeão é uma ETAR de grande importância, situada junto à nossa instalação das Oficinas Gerais, por trás do Hospital Garcia de Orta, trata precisamente dos efluentes do Garcia de Orta e de uma parte importante do Plano Integrado de Almada. Estamos a concluir a obra, ainda apenas com financiamento municipal, foi aliás oportunamente aprovado em Assembleia Municipal um pedido de que as entidades gestoras dos Fundos Comunitários considerassem a candidatura de Valdeão, porque ela já tinha estado assumida com Fundos Comunitários. Foi-nos pedido que nos retirássemos, por uma questão de cumprimento dos prazos de responsabilidade do País para com a Comunidade e que seria efetuado um aviso direcionado à ETAR do Valdeão. Nós não tivemos esse aviso, tivemos que avançar com a obra, candidatámo-la, entretanto num aviso geral aberto para todo o País e estamos a aguardar financiamento. Ainda assim, estamos a concluir a obra com um milhão e cem mil euros de investimento. E está previsto a inauguração da ETAR da Quinta da Bomba, a grande obra de remodelação e renovação da ETAR da Quinta da Bomba que temos estado a desenvolver nos últimos anos, dez milhões de euros numa obra de grande exigência, mas também com um resultado final de grande ganho que vai servir uma parte expressiva da população do Concelho de Almada e uma parte expressiva da população do Concelho do Seixal.

Este conjunto de investimentos que os Serviços Municipalizados estão a assegurar, ainda há poucos dias fazendo as contas em evento público que tivemos ocasião de partilhar, se identificava que os Serviços Municipalizados têm neste momento um pacote de investimentos que ultrapassam os vinte milhões de euros e são obras, estas obras são para concluir este ano ou no limite até ao primeiro trimestre de 2017. Obras em grande desenvolvimento, em curso e que estão já numa fase conclusiva. Estes vinte milhões apenas identificam estas que estão nesta fase e que estão já com uma maturação de grande desenvolvimento. Eram estes aspetos que gostava de referenciar, de tudo o que fazemos, naturalmente identificar o grande investimento de reabilitação das nossas redes e dos nossos equipamentos para garantir o bom funcionamento do ciclo urbano da água e garantir um padrão que queremos assegurar à nossa população.”



8.3 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria Odete Alexandre, Carlos Guedes, Manuel Batista e Pedro Matias.

8.3.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na página 7 da introdução é dito que a Atividade Municipal em maio, junho e julho, foi muito diversificada e muito intensa. Sobre a rubrica Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança. E a minha expectativa ficou muito alta, mas ao folhear o Relatório, verifiquei que à Cultura são dedicadas dez páginas e confirmei a minha expectativa. Que ao Desporto são dedicadas sete páginas e mais uma vez a minha expectativa é satisfeita. À Solidariedade são dedicadas seis páginas e também aí a minha expectativa não se defraudou. Mas quando vamos à procura da atividade municipal na área da Segurança, zero. Como é possível? Não haveria nada para preparar em maio, junho e julho em relação à Segurança no Concelho de Almada? Nada? Depois de um verão como tivemos, em que a área ardida em Portugal excedeu tudo o que era expectável, em que tivemos um sismo em Itália, como tivemos. A nossa prevenção da Segurança em Almada, nada? Maio, junho e julho como se prepara Almada para o verão? Nem uma atividade? É lamentável. E já agora por Segurança, como está a ser monitorizado o restauro das habitações das ARU's? É que segundo a Engenheira Alice Tavares, Coordenadora do Grupo Sísmico da Ordem dos Arquitetos que vinha publicado num semanário, ela diz que os edifícios anteriores aos anos 80 deveriam ser considerados para avaliação do ponto de vista sísmico nos processos de reabilitação urbana. Não são apenas os edifícios de alvenaria que colapsam, também os de betão armado colapsam e há que ter em conta a localização dos edifícios no tecido urbano, a topografia e as características do terreno na fundação. E depois há que ter em conta também uma intervenção num edifício pode não comprometer a sua capacidade resiliente ao sismo, contudo pode comprometer a dos edifícios contíguos e a Sr.^a Engenheira afirma, e eu mera leiga acredito que cabe aos Municípios envolver também as Administrações dos Condomínios e as Seguradoras neste processo. É urgente que em Almada, tão inovadora em tantas áreas, se venha a criar o bilhete de identidade dos edifícios tal como já existe por exemplo para um automóvel usado.

Quando alguém compra uma habitação em Almada, precisa de saber que tipo de habitação está a comprar. E nós sabemos que os vendedores apenas sabem o preço, não sabem mais nada. Não são capazes de dizer em que ano foi construído aquele edifício, não são capazes de nos dizer se a zona é ou não suscetível de maior perigo, não sabem dizer nada. E eu estou a falar com fundamento. Eu estou a falar com experiência própria. No caso dos carros usados nós temos acesso à quilometragem, à potência, ao ano de fabrico, ao consumo médio, eu sei lá, na habitação nada.



Eu sugiro ao Executivo Camarário que tenha esta inovação, que crie um bilhete de identidade para os edifícios que seja acessível a todas as pessoas que eventualmente estejam interessadas em adquirir um imóvel.”

8.3.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu quero levantar duas questões, uma é de pormenor e começo já por essa. Eu visitei este fim de semana na Cova da Piedade, na rua Tenente Valadim as pinturas que foram realizadas durante as Festas da Cova da Piedade e a meio da rua do lado direito, quem caminha em direção aos silos, está um buraco no passeio que não tem justificação para ali estar, tendo em conta o que aconteceu há duas semanas, em que aquela rua deve ter estado cheia de gente. É perigoso para quem ali passa, para quem vai ver as pinturas e para qualquer criança que se desloque por ali, tendo em conta que aquilo tem umas placas, deve passar alguma canalização ali por baixo e falta mesmo a placa que ali estava a tapar aquele buraco.

A segunda questão tem a ver com os silos da Sovena, ali em Palença de Baixo. Este assunto tem sido abordado aqui das mais diferentes formas e nunca foi alvo da nossa atenção ou pelo menos da atenção que nós entendemos que merecia. Os cheiros que têm vindo dali têm-se espalhado pelo Concelho, já não se resume àquela zona, já se estendem para a Cova da Piedade, já se estendem a algumas zonas da Sobreda e da Charneca. O Estudo de Impacto Ambiental que previa o alargamento daquela Fábrica esteve em discussão até março de 2015 e esteve em Consulta Pública até março de 2015. Nós abemos que a Autarquia emitiu dois Pareceres, ambos negativos, sendo que no último Parecer publicado no Edital 124 de abril de 2015 é dado espaço para a discussão no sentido de ir ao encontro das pretensões dos proprietários de transferirem do Barreiro para ali as instalações que têm presentemente no Barreiro. Previa esse Estudo de Impacto Ambiental uma refinaria para óleo de girassol, mais infraestruturas de armazenamento e embalagem, e sete novos silos metálicos. Nós gostaríamos de saber duas coisas em relação aos cheiros, e não só porque sabemos que para além dos cheiros há pós que circulam pelo ar, que em muitos casos ultrapassam os mínimos em muito que garantem a segurança da saúde pública. Portanto, saber o que é que está a ser feito para impedir que aquele cheiro continue a alastrar-se pelo Concelho e a incomodar a vida de quem aqui vive. E o segundo em que ponto é que está a intenção do proprietário de desenvolver as obras de alargamento do local?”

8.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É o seguinte, hoje não está presente o Sr. Vereador Matos, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta. Primeiramente tinha a ver com a questão do Pavilhão Municipal da Costa da Caparica. A informação que nós tínhamos era que aquele Pavilhão iria ser arranjado, mudado



o piso no mês de agosto. O que acontece é que o mês de agosto nada foi feito, o mês de setembro já está a acabar, não está feito, o mês de outubro fala-se, provavelmente será para o dia 20 e qualquer coisa do mês de outubro é que ele estará pronto. A questão põe-se aqui de duas maneiras, a Escola ficou sem pavilhão e os Clubes que lá trabalhavam também não têm pavilhão e também não têm soluções, porque não têm estruturas, nem infraestruturas para salvaguardar um pouco esta matéria do desporto que ali é praticado, que ali é feito. Gostava de saber alguma informação sobre isto, se há timings se não há. A informação que me foi chegada foi que a empresa que lá estava a trabalhar, que iria lá trabalhar no mês de agosto teve que ser canalizada para o Campo de Futebol do Cova da Piedade, que a empresa era a mesma. Quer dizer, não faz sentido quando se dá uma informação aos Clubes e até à Escola que aquilo vai ser reparado no mês de agosto, porque é o mês que está fechado, que não tem atividade nenhuma e depois verifica-se que só recomeçou as obras, se calhar nem chegaram a haver no mês de agosto, ou se houve foram muito poucas, recomeçaram no dia 2 ou 3 de setembro, já não sei bem, mas foi logo no início do mês de setembro, mas afinal depois também pelos vistos houve imprevistos com o piso, a madeira não estava disponibilizada para vir e para se colocar, portanto gostava de alguma informação sobre este assunto.

O outro assunto que me traz aqui também a falar, já falei na Sessão de junho, era saber se foi feito algo em relação ao Regulamento que eu falei que eu perguntei para a rua Cândido dos Reis. É assim, aquilo continua cada vez pior, meus amigos, isto só não vê quem não quer, e a galinha dos ovos de ouro se calhar qualquer dia vai-se acabar. Ainda este último domingo foram lá realizadas as tasquinhas e burricadas, até a própria corrida dos burros não sei como é que foi feita, porque era tanta gente na rua e as mesas e cadeiras estavam próximas da via ciclável, porque aquilo é uma via ciclável que ali está. Eu não sei como é que a corrida foi feita. Não sei como é que não houve um atropelamento de pessoas, aquilo ali é selvajaria total, e se não há quem ponha mão naquilo, eu tenho impressão que a galinha dos ovos de ouro vai-se acabar depressa ali em Cacilhas. Eu acho que aquilo é uma coisa de se preservar, eu já disse na Sessão anterior, foi uma coisa que foi bem feita, foi bem realizada, mas há que mantê-la.”

8.3.4 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só dar duas ou três notas relativamente a algumas questões que hoje já foram aqui bastante faladas sobre a União das Freguesias Charneca e Sobreda, em particular da Charneca. Queria chamar atenção do Sr. Presidente, ou Vereador, não sei quem é o responsável. Abriu há dias um novo espaço comercial na Charneca de Caparica e foi construído na ex-Estrada Nacional 377 uma rotunda que era um eixo importante de circulação para chegar às praias de verão, sabemos que temos uma primeira rotunda à entrada do Mário Casimiro, depois foi



feita uma segunda rotunda agora com a abertura. Não sei se a rotunda no próximo verão vai trazer problemas de circulação ou não ali, eu a mim parece-se que sim, mas para além desse problema os autocarros no sentido Mário Casimiro/Fonte da Telha quando fazem a curva passam, portanto entram fora de mão, na outra via, já não é a primeira vez que ali ia havendo acidentes. Ainda a semana passada eu por acaso ia de carro tive que me desviar para fora da estrada porque os autocarros têm um cumprimento e o motorista para conseguir fazer a curva com a parte de trás do autocarro é obrigado a lançar o carro para fora de mão. Portanto, era importante alguém verificar esta questão, porque um dia destes temos ali alguns problemas de acidentes.

Relativamente à questão da Charneca de Caparica e ainda hoje tivemos aqui mais uma vez os Municípios da Pedro Álvares Cabral e vão continuar a vir provavelmente. Sei que o Sr. Vereador se deslocou na segunda feira, o Sr. Vereador Rui Jorge por causa da questão da rua Pedro Álvares Cabral, mas era importante e eu volto a frisar isto, que a Câmara tivesse um plano estratégico para a Charneca de Caparica, porque senão vamos ter que... O Sr. Presidente há bocado até pediu que se associassem, que fizessem uma Comissão de Moradores. Se isso acontecesse na Charneca em todas as ruas, se calhar um dia tínhamos para ai 300 Comissões de Moradores todas a reclamar a requalificação da rua e do espaço onde moram. A Charneca de Caparica deve ser encarada como um espaço do território importante e deve ser desenvolvido um plano estratégico em todas as suas variáveis. E o que me parece é que o Sr. Presidente anda aqui e a Câmara reage, as pessoas veem aqui, reclamam, o Sr. Presidente vai lá põe um bocadinho de rega asfáltica, depois arranja mais um passeio, depois há a questão das Augis que a Sr.^a Vereadora também parece que agora estão um pouco paradas. Portanto veem aqui reclamar que são das Augis o Sr. Presidente dá mais um avanço e andamos nisto, e já passaram três anos neste Mandato e portanto era importante que de uma vez por todas aquele território, estamos a falar da segunda maior freguesia em termos de população hoje, provavelmente que daqui a um ano ou dois será a maior, um território imenso com estas duas freguesias, portanto se calhar vamos de uma vez por todas pegar nisto.”

9 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 30 de setembro de 2016.

10 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, Vítor Manuel dos Santos Castanheira e Maria Teodolinda Monteiro Silveira.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 11 - Foi verificada a presença na Reunião de Sr.^{as} Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e dos Jornalistas Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e TV Almada, e de cento e trinta e quatro Srs. Múncipes.
- 12 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 13 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H20 do dia 30 de setembro de 2016.
- 14 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____